



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE).
Departamento de Economia (ECO)
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado Profissional em Economia

Impactos do REUNI na evasão da UnB

Renato Pereira Moço de Oliveira

Brasília – DF

2018



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE).
Departamento de Economia (ECO)
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado Profissional em Economia

Impactos do REUNI na evasão da UnB

Renato Pereira Moço de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGE - da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador(a): Prof. Roberto de Góes Ellery

BRASÍLIA/DF

2018

RENATO PEREIRA MOÇO DE OLIVEIRA

Impactos do REUNI na evasão da UnB

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (ECO/UnB). A Comissão Examinadora foi formada pelos professores:

Prof. Dr. Roberto de Góes Ellery Junior (Orientador)
Departamento de Economia – UnB

Prof. Dr. Antônio Nascimento Júnior
Departamento de Economia – UnB

Prof. Dr. Alexandre Maduro, de Abreu
Departamento de Administração - UnB

Brasília, ____ de _____ de 2018.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PR394i Pereira Moço de Oliveira, Renato
Impactos do REUNI na evasão da UnB / Renato Pereira Moço
de Oliveira; orientador Roberto de Góes Ellery Júnior; co
orientador Antônio Nascimento Júnior. -- Brasília, 2018.
59 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Economia do Setor
Público) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Evasão. 2. REUNI. 3. Ensino Superior. 4. Assistência
Estudantil. I. de Góes Ellery Júnior, Roberto, orient. II.
Nascimento Júnior, Antônio, co-orient. III. Título.

Dedico este trabalho....

A meu querido e amado pai que fisicamente não pode estar presente, mas onde quer que esteja, sei que estará orgulhoso de seu filho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus, por todos os dias de minha vida, até o presente momento.

Aos meus pais, que se esforçaram ao máximo durante boa parte de sua vida, para que eu seja um cidadão íntegro, me oferecendo boas condições de estudo, para que um dia, eu tivesse condições de alcançar esta etapa. Nos momentos de angústias e dificuldades, sempre pude contar com o apoio, amparo e palavras sábias de ambos.

A minha esposa, que incondicionalmente me incentivou e me deu forças para não desistir, quando as dificuldades se acentuaram.

Ao meu filho, por ser a cada dia, a luz que move minha vida, na busca de forças para lhe proporcionar sempre o melhor que eu puder oferecer.

A meu irmão, que por muitas vezes se sacrificou, para que eu pudesse ter condições de desenvolver meus estudos.

Aos demais familiares pela força e apoio incondicionais.

Aos meus colegas de trabalho, especificamente os da Direção da FACE, por todo o apoio, cobrança e companheirismo demonstrados durante essa etapa. Saibam que vocês foram de fundamental importância.

Ao meu orientador, professor Roberto de Goés Ellery Júnior, por ter me ajudado a superar essa etapa, compartilhando seu vasto conhecimento comigo.

À Universidade de Brasília, na figura de seu corpo docente e técnico, que me proporcionam a oportunidade de crescimento profissional.

E a todos, que de alguma forma, contribuíram durante o mestrado, para que essa etapa fosse superada com sucesso.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo avaliar os índices de evasão da Universidade de Brasília, após a implementação das políticas do REUNI. O programa tinha como objetivo, fundamentar a ampliação do acesso e permanência na educação superior, a nível de graduação. As instituições de ensino superior que aderissem ao programa, estariam sujeitas ao cumprimento de algumas metas, entre elas a da elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, o que conseqüentemente iria diminuir os índices de evasão no ensino público superior. Para viabilizar o cumprimento das metas estabelecidas, o Ministério da Educação faria aportes financeiros às universidades, na medida em que elas apresentassem seus planos de reestruturação, para comportar as diretrizes do programa. Para a realização deste estudo, foi utilizada uma base de dados que serviu utilizada pelo Decanato de Ensino e Graduação (DEG) para um estudo sobre os índices de evasão na UnB. Verifica-se que a adesão da UnB ao REUNI resultou no aumento do número de vagas ofertadas, o que proporcionou que a universidade expandisse seus programas de assistência estudantil, com o intuito de assegurar a permanência dos que se encontram em situação de fragilidade socioeconômica. Porém, os índices de evasão não atingiram os patamares esperados pelo programa, sendo esse o foco deste estudo. Verificar a evolução dos índices de evasão, após a implementação do REUNI.

Palavras-chave: Ensino Superior, REUNI, Evasão, Assistência Estudantil.

ABSTRACT

This dissertation aims to evaluate the evasion rates of the University of Brasilia, after the implementation of REUNI policies. The purpose of the program was to support the expansion of access and permanence in higher education at undergraduate level. Higher education institutions that adhered to the program would be subject to meeting certain goals, including raising the average completion rate of face-to-face undergraduate courses, which would reduce dropout rates in higher public education. To make it possible to achieve the goals established, the Ministry of Education would make financial contributions to the universities, insofar as they presented their restructuring plans, in order to comply with the guidelines of the program. For this study, a database was used that was used by the Dean of Teaching and Graduation (DEG) for a study on the evasion rates in UnB. It was verified that UnB's membership in REUNI resulted in an increase in the number of vacancies offered, which allowed the university to expand its student assistance programs, in order to ensure the permanence of those who are in a situation of socioeconomic fragility. However, the rates of evasion did not reach the levels expected by the program, which is the focus of this study. Check the evolution of evasion rates, after REUNI implementation.

Keywords: Higher Education, REUNI, Evasion, Student Assistance.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Proporção de desligados por modo de entrada da UnB	16
Gráfico 02	Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011	19
Gráfico 03	Evolução de matrículas na UnB	20
Gráfico 04	Vagas ofertadas nas Federais x Matrículas UnB	21
Gráfico 05	Proporção de desligados	21
Gráfico 06	Proporção de desligados por tipo de ingresso	23
Gráfico 07	Beneficiários por ano: Bolsa Alimentação	27
Gráfico 08	Beneficiários por ano: Bolsa Permanência	28
Gráfico 09	Beneficiários por ano: Moradia Estudantil (graduação)	30
Gráfico 10	Beneficiários por ano: Vale Livro	31
Gráfico 11	Tempo médio para formatura por modo de entrada na UnB	33
Gráfico 12	Tempo médio para formatura	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Percentual de evadidos por ano de ingresso	23
Tabela 02	Tempo médio para formatura na UnB	32

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDIFES	- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
DAC	- Decanato de Assuntos Comunitários
DDS	- Diretoria de Desenvolvimento Social
DEG	- Decanato de Ensino de Graduação
DF	- Distrito Federal
EAD	- Ensino a Distância
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	- Programa de Financiamento Estudantil
IES	- Instituição de Ensino Superior
INT	- Assessoria de Assuntos Internacionais
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
PAS	- Programa de Avaliação Seriada
PEC-G	- Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PIE	- Pedagogia para Início de Escolarização
PNAES	- Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROUNI	- Programa Universidade para todos
REUNI	- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIDE-DF	- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RU	- Restaurante Universitário
SEDF	- Secretaria de Estado de Educação
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UnB	- Universidade de Brasília
SAA	- Secretaria de Administração Acadêmica
CEG	- Câmara de Ensino de Graduação
GO	- Estado de Goiás
MG	- Estado de Minas Gerais
SESu	- Secretaria de Educação Superior
DCE	- Divisão de Temas Educacionais
DCT	- Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos

MRE - Ministério das Relações Exteriores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Contextualização e Formulação do Problema	1
1.2	Organização do Trabalho	3
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
2.1	- Evasão / Abandono voluntário / intencional	8
	- Desempenho no vestibular	9
	- Renda familiar	9
	- Baixa perspectiva com o curso ou na carreira	10
	- Faixa Etária	10
	- Gênero	11
	- Estado civil	11
	- Distância da residência para a IES	11
	- Evasão / Abandono involuntário.....	12
	METODOLOGIA	12
	Coleta de dados	13
	Delimitação espacial e temporal	14
	Organização dos dados coletados.....	14
	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	15
	Modos de Ingresso.....	16
	Assistência Estudantil.....	24
	Programas de assistência estudantil da Universidade de Brasília.....	26
	Bolsa Alimentação	26
	Programa auxílio socioeconômico	27
	PROGRAMA MORADIA ESTUDANTIL.....	29
	Vale Livro – Editora UnB.....	30
	Programa auxílio emergencial	31
	Programa de Acesso à Língua estrangeira	32
	Bolsa MEC.....	32
5	– CONCLUSÃO	35
	ANEXO I.....	37
	ANEXO II.....	41
	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	42

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A educação pode ser entendida como um processo social, onde há envolvimento de grupos grandes, como comunidades, e de grupos pequenos, como a família (Colossi *et. al.* 2001). A história do ensino superior no Brasil, tem início na época do Brasil colônia, onde todas as colônias portuguesas, eram impedidas por Portugal de desenvolver atividades de ensino superior, as exceções eram os cursos de teologia e filosofia, oferecidos pelos jesuítas. Esse quadro, começa a mudar com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, quando o ensino superior passou a existir de maneira formal com a criação de cursos de engenharia, medicina e belas artes.

Todos os cursos eram gratuitos, e financiados com o “quinto da coroa”, imposto cobrado sobre os produtos exportado do reino e das colônias (Vasconcelos, 2010; De Figueiredo, 2005). Ainda de acordo com De Figueiredo (2005) no período conhecido como Brasil Império, a morosidade retrata a expansão do ensino superior, que se deu com o surgimento de cursos isolados em algumas áreas, uma vez que o modelo econômico da época, agroexportador, não necessitava de profissionais com formação superior.

As primeiras faculdades brasileiras, segundo Oliven (2002), eram de medicina, direito e politécnica. Localizadas em cidades consideradas importantes, tinham uma orientação profissional extremamente elitista, seguindo o modelo das grandes escolas francesas. Durante o período imperial, Durham (2003) aponta que houveram poucas tentativas de criação de universidades, e que nenhuma delas teve sucesso. Contrapondo alguns aspectos citados anteriormente, Oliven (2002), menciona que no período imperial, foram apresentadas várias propostas de criação de uma universidade no Brasil, porém, nenhuma obteve sucesso.

Após a chegada da República no Brasil, Vasconcelos (2010), aponta que a constituição de 1981 foi omissa, no que diz respeito ao compromisso do governo com as universidades. Colossi *et. al.* (2017) relata que em 1909, foi criada a Universidade de Manaus e posteriormente, em 1912 surgiu a universidade de Paraná, que de acordo com Vasconcelos (2010), existiu por

apenas três anos. Em 1920, nasce a Universidade do Rio de Janeiro (Colossi *et. al.* 2017), (Vasconcelos 2010), apontada por Oliven (2002) e De Figueiredo (2005), como a primeira universidade brasileira. O ano de 1931 ficou marcado pelo surgimento do Ministério da Educação e Saúde, seguido pela aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras, cuja validade findou no ano de 1961 (OLIVEN, 2002; DE FIGUEIREDO, 2005).

Posterior a transferência da capital, do Rio de Janeiro para o Distrito Federal, com apenas dois anos de existência do Distrito Federal, em 21 de abril de 1962, foi inaugurada a Universidade de Brasília, com a intenção de que a mesma fosse uma experiência educadora que unisse o que havia de mais moderno em pesquisas tecnológicas com uma criação acadêmica capaz de melhorar a realidade brasileira, conforme consta na seção da história na página da Universidade de Brasília.

A UnB foi a primeira universidade brasileira que não foi criada com a união de faculdades já existentes à época (Oliven, 2002), organizada sob uma estrutura vanguardista para a época, a universidade adotou o modelo de fundação, seguindo o padrão norte americano. Consoante com De Figueiredo (2005), a universidade de Brasília buscava formar profissionais bem qualificados para atender os expedientes governamentais, além de servir como um protótipo moderno para o ensino superior brasileiro.

O ensino superior brasileiro, seja ele público ou privado (neste trabalho será abordado apenas o setor público), tem enfrentado os problemas crônicos ocasionados pela evasão. A abrangência dos problemas, se estende à esfera social, financeira e cronológica de todos os participantes no processo de ensino.

Os danos oriundos da evasão, tanto físicos como materiais apresentam reflexos nos alunos, docentes, instituições de ensino, no sistema educacional, afetando a eficiência de todos os esforços direcionado à educação, ou seja, engloba toda a sociedade (LOBO, 2012).

Com a implementação do REUNI, o governo Brasileiro tinha como objetivo além da expansão do acesso ao ensino superior, a elevação das taxas de conclusão média dos cursos de graduação, presenciais, para noventa por cento, o que conseqüentemente reduziria consideravelmente os índices de evasão das instituições que aderissem a essa política. Essas

melhorias, puderam ser observadas na Universidade de Brasília? Houve uma redução nos índices de evasão? Esta é a resposta que o presente estudo busca alcançar.

Para se alcançar este objetivo, este trabalho fará uma análise de dados de ingressos e desligamentos dos discentes da UnB entre os anos de 2000 e 2011, abordando os índices de evasão, através de variáveis que tem como objetivo detalhar os cenários em que ocorre a evasão. Também serão detalhadas as políticas de contenção estudantil adotadas pela Universidade de Brasília, e se as mesmas estão tendo o efeito esperado.

1.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, incluindo esta introdução. No capítulo dois é apresentado o referencial teórico com uma revisão da literatura nacional e internacional sobre o tema. Nele é feita uma diferenciação entre evasão e abandono voluntário, abordando as principais características presentes entre os estudantes evadidos, segundo a literatura.

O capítulo três, especifica a metodologia utilizada no trabalho. No quarto capítulo é feita uma análise dos resultados obtidos dos dados utilizados, detalhando os modos de ingresso dos estudantes na UnB, bem como as políticas de assistência estudantil adotadas pela universidade e explicando o funcionamento de cada uma delas. Por fim, o capítulo cinco traz as conclusões obtidas com esta dissertação

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da ciência e Tecnologia, considerado uma referência no tratamento de evasão o estudo da evasão no ensino superior brasileiro conforme Silva Filho (2017), por meio de sua Diretora apresenta o seguinte pensamento sobre o estudo da evasão:

Deveria ser uma política governamental voltada para a qualidade acadêmica e, também, à responsabilidade do uso dos recursos (públicos e privados), desde que essa política seja entendida como a realização de processos e análises (documentados, sistematizados e divulgados, incluindo os resultados das ações realizadas) motivados e/ou incentivados, explicitamente, por órgãos de governo. (LOBO, 2012)

Este trabalho tem como intuito identificar os principais motivos que levam um aluno a evadir-se bem como a aplicabilidade dessas causas no âmbito da Universidade de Brasília. Cronologicamente, foi escolhido um período específico, no qual foram implementadas as políticas do REUNI na UnB, acarretando a expansão tanto física, como de seus corpos docente, discente e administrativo.

Tal abordagem, apresenta-se como um parâmetro para os gestores da Universidade de Brasília identificarem as principais causas de evasão dentro da instituição, e saber a(s) política(s) de retenção dos alunos, caso existam, se a(s) mesma(s) estão sendo eficazes. Caso não exista nenhuma política com tal finalidade, o estudo permite a elaboração de sistemas para diminuir a evasão na UnB. A questão abordada no período anterior, se justifica no artigo 1º do Decreto nº 6.096/2007, que diz o seguinte:

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

Uma vez que o trabalho está abordando apenas os dados da Universidade de Brasília, apesar dos resultados apresentarem subsídio para eventuais discussões sobre evasão no ensino superior, não é possível generalizar os mesmos para outras instituições, que devem,

inicialmente, serem tratadas de maneira particular, para depois, com os frutos dessa pesquisa, serem parte integrante de um conjunto de ações a serem desenvolvidas, com a finalidade de serem úteis para, senão todas, a maioria das instituições de ensino superior.

A Lei 9.394/96, popularmente conhecida como a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), instituiu uma espécie de “marco” no ensino superior Brasileiro, em meados da década de 90. A Lei estabeleceu uma desregulamentação do ensino superior no Brasil, funcionando como um catalisador no processo de expansão do ensino superior no país, conforme Lobo (2012), cujo ápice ocorreu entre 1999 e 2002.

Conforme exposto, o governo teve uma participação mais ativa no processo de expansão, através de programas de financiamento estudantil, que contemplavam alunos de instituições de ensino privadas (FIES e PROUNI), e federais (REUNI). Este trabalho irá abordar apenas o ensino presencial, modalidade pública, sem utilizar dados ou fazer referências ao ensino a distância (EAD), uma vez que a notória ascendente que a modalidade está vivendo, proporciona um estudo em separado para esse tipo de ensino.

Parte integrante do plano de desenvolvimento da educação e contemplado no plano plurianual 2008-2011 (LEI N. 11653/2008), o REUNI foi instituído através do Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007. É um programa finalístico que teve como objetivo, ampliar o acesso e possibilitar a permanência do aluno no ensino superior. Para que isso fosse possível, o governo federal exerceu papel fundamental, financiando uma expansão física, acadêmica e pedagógica do ensino público federal no País.

Apesar do início do programa ter sido em 2007, o processo de expansão já vinha ocorrendo a alguns anos, mais precisamente desde 2003¹, quando ficou mais clara a interiorização dos campi de algumas universidades federais. De acordo com os dados oficiais do REUNI, entre os anos de 2003 e 2011, houve um crescimento de aproximadamente 107% no número de municípios que passaram a ser atendidos pelas IES.

¹ O início da expansão se deu em 2003, através do programa de expansão Fase I, tendo continuidade através do REUNI, a partir de 2007.

No que tange a Universidade de Brasília, durante sua 333ª reunião do Conselho Universitário, foi aprovado o documento “A UnB Rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social”, que é uma espécie de carta de intenções da universidade para ingresso no REUNI, presente no relatório de gestão da UnB, ano de 2008. Doravante, em dezembro de 2007, a proposta de adesão da universidade no programa foi aprovada pelo MEC, resultando em março do ano seguinte, na assinatura do acordo de metas com o MEC vinculado à proposta de adesão ao REUNI da UnB.

Com o aumento do número de vagas, torna-se mais nítido que alguns indivíduos, fazem a leitura de que há maior facilidade em ingressar em alguns cursos, levando os mesmos a arriscarem o ingresso, mesmo sabendo que a há uma boa probabilidade de evadirem, no decorrer do curso. (FREDENHAGEM, 2012)

A evasão é um problema crônico, presente não somente no ensino superior, mas em todos os níveis da educação brasileira. No ensino superior, o processo pode ser considerado um reflexo da formação precária dos estudantes em nível básico de educação -ensino fundamental e médio (LOBO, 2012). Tal argumento, sustenta a necessidade de que o combate ao abandono do ensino, deve começar nos primeiros anos de escolaridade, com os primeiros sinais de falta de compromisso com a escola, e persistir no ensino médio, uma vez que o mesmo pode ser considerado o grande “fornecedor” de “insumos” para o ensino superior. (PYLE, 2012; MELO LOBO, 2012)

A evasão, segundo o relatório da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, é definida como “*a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo*” podendo ser segmentada em três tipos distintos:

- (i) Evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou re-opção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
- (ii) Evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;
- (iii) Evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior.

Vários autores apresentam afirmam que a evasão pode ser segmentada, na busca de tentar entender melhor esse fenômeno, bem como as suas consequências, para que seja possível planejar ações com intuito de minimizar esse acontecimento e as decorrências oriundas dele, uma vez que a desistência do aluno, sem a conclusão de seus estudos, acarreta inúmeras perdas em vários segmentos da sociedade, desde a perda de recursos, até a perda do sistema de ensino, como um todo. (SILVA FILHO, 2012), Krüger Júnior *et al*(2011), define evasão como “*fuga, desistência, abandono*”.

Quando se trata de evasão, um dos principais nomes, conceituado e mundialmente respeitado é o de Tinto (1997), na sua ótica, a evasão em uma visão macro pode ser voluntária ou involuntária. Tal distinção é abordada por Himmel (2002), onde a mesma indica a necessidade de haver uma separação entre o abandono voluntário ou involuntário. Segundo a autora, a evasão voluntária, é uma espécie de renúncia ao curso, por parte do aluno, um tipo de abandono, sem que a instituição seja informada.

Já a modalidade involuntária, é fruto de uma decisão institucional, fundamentada em seus regulamentos, fazendo com que o estudante seja obrigado a não frequentar mais os estudos naquela instituição. Um paralelo entre a evasão voluntária e involuntária é traçado da seguinte forma:

A palavra evasão pode estar significando uma postura ativa do aluno que decide desligar-se por sua própria responsabilidade. A palavra exclusão implica na admissão de uma responsabilidade da escola e de tudo que a cerca por não ter mecanismos de aproveitamento e direcionamento do adolescente. (BUENO, 1993)

O abandono voluntário tem como origem, os mais variados motivos, muitas vezes não relatados pelo próprio aluno, quando questionado. Tinto (1997) faz um paralelo do abandono intencional com a teoria do suicídio, abordada pelo próprio. A teoria, tem seu foco direcionado para o campo da psicologia, indicando que o suicídio, está mais propenso de se concretizar quando um determinado indivíduo não está suficientemente integrado à sociedade. Essa integração, pode ser segmentada na falta de conexão moral, onde os pensamentos e valores individuais são divergentes do coletivo, e na falta de aproximação do indivíduo com a sociedade, fruto de uma precária de inserção social do mesmo. (TINTO, 1997)

Tinto (1997) traça um paralelo dessa teoria com a evasão do ensino superior, uma vez que, o aluno evade quando o mesmo não alcança um nível satisfatório de integração social (com colegas de curso, professores e demais personagens que fazem parte de sua trajetória no ensino superior), que pode, entre outros argumentos, ser fruto de uma escolha de curso equivocada. Assim, a evasão pode ser vista como uma maneira de resolver essa falta de interação entre o indivíduo e o ambiente em que ele se encontra.

Paralela ao contexto citado há a hipótese de que o aluno não obtém um desempenho acadêmico satisfatório, seja no ponto de vista dele, ou no ponto de vista da instituição. Essa situação pode ser fruto de uma rigidez acadêmica da IES, ou meramente do discente ter um desempenho acadêmico abaixo das expectativas. (notas baixas e faltas, dentre outros). Diante do exposto, pode se considerar o ambiente de uma sala de aula, um ponto de encontro entre o social e o acadêmico.

2.1 - Evasão / Abandono voluntário / intencional

A evasão voluntária carrega um arcabouço dos mais variados motivos para que o aluno abandone o ensino superior. Esses motivos, em conjunto com o que foi dito sobre a integração social, podem acelerar o processo de abandono do indivíduo.

Nos estudos realizados sobre a evasão, muitas causas foram apontadas para justificar o abandono do ensino superior: desempenho no vestibular, renda familiar, baixa perspectiva com o curso ou na carreira, faixa etária, gênero e distância da residência para a IES entre outros. Alguns fatores considerados causas para evasão:

[...] falta de orientação vocacional; falta de suporte financeiro; descontentamento com o curso ou com a profissão; absenteísmo; reprovações; falta de integração entre ensino e mercado de trabalho; desmotivação discente; desigualdade cultural entre outras”. De maneira isolada, ou em conjunto, esses argumentos podem acabar abreviando a vida acadêmica de um discente na IES. (CAVAZINI, 2017)

- Desempenho no vestibular

O desempenho do aluno no vestibular, é abordado por Sampaio *et. Al* (2010) em um estudo focado na Universidade Federal de Pernambuco. Lá, ele concluiu que, inicialmente, ocorre uma associação negativa, entre a nota do vestibular e a evasão.

Ao ser feita uma análise mais detalhada de outros fatores presentes no cotidiano do aluno, como renda, observa-se a inversão dessa correlação, ou seja, alunos com maior poder aquisitivo, geralmente tiveram condições de estudar em melhores escolas, estudar em cursinhos preparatórios, ao se depararem com o equívoco na escolha de um determinado curso, levam em consideração o melhor desempenho no vestibular, fruto de uma base acadêmica mais aprimorada, e optam pelo abandono do curso atual, para buscarem vaga em outro curso.

- Renda familiar

Em um contexto de crise, que o País enfrenta nos últimos anos, a questão da renda familiar, ganha uma importância acentuada, ao se analisar as causas da evasão. Em um estudo realizado na Universidade Federal de Mato Grosso Pereira (2014) concluiu que há uma correlação negativa entre evasão e renda, ou nível econômico, chegando a conclusão de que a evasão é mais propensa a acontecer entre os alunos de menor poder aquisitivo.

Conforme abordado no item anterior, a renda familiar tem influência na vida acadêmica dos estudantes. A importância da renda, vai desde a formação básica, até as escolhas do aluno em vida escolar, depois de adulto. De acordo com Sampaio *et. Al* (2010), alunos que estudaram em escolas públicas, tem o desempenho inferior do que os que estudaram em escolas particulares.

Tinto (1997), também aborda o tema, apontando que as condições socioeconômicas da família do aluno, apresentam uma correlação inversa à probabilidade de evasão do mesmo, ou seja, indivíduos oriundos de famílias com menor poder aquisitivo, apresentam maiores índices de abandono, quando comparados, aos de que vieram de famílias com maior poder aquisitivo.

A profissão dos pais, e a maneira como eles viveram suas atividades de trabalho, segundo Almeida (2008), é um fator influente na decisão de um adolescente. De acordo com Lisboa

(1997, citado por Almeida, 2008) o processo de criação da identidade ocupacional, ganha corpo através da autopercepção do mesmo, sobre os papéis profissionais, principalmente no que diz respeito a pessoas expressivas, como costumam ser os pais e familiares.

Na fase adulta, o indivíduo muitas vezes se vê obrigado entre escolher estudar ou trabalhar, de acordo com Astin (1984), essa sobrecarga torna-se evidente, uma vez que o aluno que trabalha durante o dia, gastando sua energia em atividades profissionais, não direcionadas para a vida acadêmica, diminuindo consideravelmente a energia que o mesmo pode empregar nos estudos. Levando em consideração a questão financeira, vinculada de maneira direta ao trabalho, o mesmo passa a ter maior importância no momento, conseqüentemente, o estudo acaba ficando em segundo plano, ocorrendo então o abandono.

Em alguns casos, a conciliação de trabalho com os estudos se torna inviável por fatores externos a rotina já existente. Fredenhagen *et Al* 2012, realizou um estudo em que alunos evadidos relatam que trocas no turno de trabalho, problemas com o horário de chegada para as aulas bem como trabalho em regime de escalas, induziram o elemento a optar pelo abandono do curso.

- Baixa perspectiva com o curso ou na carreira

Uma reviravolta econômica ou tecnológica, pode mudar esse contexto. De acordo com Sampaio *et. Al* (2010), quando alguns alunos se deparam com a escolha equivocada de sua carreira, os mesmos optam pela evasão, com o objetivo de mudar de curso. Esse fenômeno se torna mais evidente entre os alunos com maior renda, que conseqüentemente tiveram melhores condições de ensino ao longo de sua vida. Essa evasão tem um *background* da família, pois a mesma oferece as devidas condições do indivíduo realizar novo vestibular e fazer a escolha correta de uma nova carreira.

- Faixa Etária

Sampaio *et. Al* (2010) apontam que o percentual de evasão é maior, entre os alunos que entraram mais velhos no ensino superior, os autores fazem um paralelo com a teoria do capital humano, dizendo que para os mais velhos, o custo de oportunidade de estar estudando, é maior. Já Pereira *et. Al* (2011), em estudo realizado na Universidade Federal do Mato Grosso,

identificou exatamente o oposto, os autores dividiram seu público alvo em quatro faixas etárias: menores de 21 anos, entre 21 e 25 anos, entre 26 e 30 anos e os que tem mais que 30 anos. O resultado apontou que 43% dos alunos evadidos, pertenciam ao primeiro grupo, menores de 21 anos.

- Gênero

Pereira *et. Al* (2014), observaram que a maioria dos evadidos eram alunos do sexo masculino, para eles, a cada 100 ingressantes do sexo masculino, 38 abandonavam o curso, números superiores quando se comparado com evadidos do sexo feminino, 26 em cada 100. Essa linha de pensamento é corroborada no estudo de Sampaio *et. al.* (2010) e por Díaz Peralta (2008) em um estudo realizado no Chile; Tinto (1997) contrapõe o que foi dito até aqui, no que diz respeito ao gênero, em seu estudo, foi identificado um quantitativo maior de mulheres evadidas, contrapondo os pontos de vista iniciais sobre o tema.

Entre os homens, segundo Astin (1984), o motivo mais comum, que os induz a evasão, é a falta de envolvimento, de comprometimento, fruto de um certo tédio com o curso. Já as mulheres evadidas, o fazem por questões relacionadas ao casamento, gravidez, filhos e outras responsabilidades, que por sua vez, consomem a energia que as mulheres poderiam dedicar aos estudos.

- Estado civil

Astin (1984) aponta que no caso das mulheres, a evasão tende a ocorrer por questões voltadas ao seu casamento, como gravidez e posteriormente filhos, algo que leva a um consumo de elevado de energia que poderia ser dedicado aos estudos. Sampaio *et. Al.* (2010), tem uma visão diferente, afirmando que no caso de mulheres, estar casada ou não, não tem a mínima influência sobre a decisão de evadir ou não, os autores afirmam que estar casado, indiferente do gênero, é uma condição propensa a evasão, em seu estudo realizado na UFPE.

- Distância da residência para a IES

A distância da residência do aluno para a IES, pode ser um ponto a ser levado em consideração, quando se trata de evasão. No estudo realizado por Díaz Peralta (2008), o local da residência, e sua proximidade da IES, são enquadrados como uma das características referentes a integração social do indivíduo. Já Fredenhagen (2012), faz referência à distância da IES para a residência em conjunto com um fator que está diretamente relacionado a esta

variável: o transporte. Em seu estudo o autor aponta o transporte como primordial para a permanência de um aluno, principalmente os que se encontram em condições de fragilidade social, seja pela questão de horários, seja pelo fato de oferta ou não de passe estudantil.

Complementando, Astin (1984) aponta que os estudantes que usufruem da moradia estudantil, tem mais probabilidade de terminar um curso do que os que não tem esse benefício. Tal julgamento, na visão do autor, se baseia no argumento de que os residentes, têm mais desenvoltura em relações interpessoais, bem como na interação com o corpo docente e na participação de grupos estudantis.

- Evasão / Abandono involuntário

Segundo Himmel (2002), a evasão involuntária é uma decisão institucional, e unilateral, tomada com base nos regimentos da instituição, fazendo com que o estudante se retire dos estudos para Tinto (1997) trata o abandono involuntário como uma ideia que a retirada forçada da instituição, acontece, principalmente, por níveis insuficientes de desempenho acadêmico, bem como quando não ocorre o cumprimento de regras pré-estabelecidas sobre o comportamento social e acadêmico esperados.

Cavazini (2017) exemplifica o abandono involuntário quando “um discente atinge o limite permitido de trancamentos gerais e deixa de matricular-se no período letivo imediatamente subsequente; o jubramento é a perda de vínculo com a instituição pela não conclusão do curso no tempo máximo previsto em projetos pedagógicos ou por rendimento acadêmico insuficiente”, ideia complementar a exposta por Tinto.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa com foco exploratório. Andrade (2004), determina que uma pesquisa descritiva tem como foco a observação dos fatos, com a finalidade de registro, análise, classificação e interpretação, convergindo com o pensamento de Gil (2002) “*as pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno*”.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi feita uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Marconi (2003) é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes, relacionados ao tema. Já Prodanov (2013) diz que a pesquisa bibliográfica tem como foco colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

Segundo Prodanov (2013), uma pesquisa é descritiva quando o pesquisador não interfere nos fatos, limitando-se apenas a registrar e descrever os mesmos. Pensamento complementar ao de Gil (2002) onde o mesmo define que uma pesquisa descritiva tem como foco o detalhamento das características de certa amostra ou fenômeno, ou, estabelecer uma relação entre variáveis.

As pesquisas quantitativas, são predominantemente compostas por métodos estatísticos, envolvendo a utilização de variáveis definidas bem como de cálculos, por meio de estatísticas descritivas ou inferenciais (FORTE, 2004). Prodanov (2013) considera uma pesquisa quantitativa, tudo o que pode ser quantificável, ou seja, interpretar em números, informações e opiniões para que seja possível fazer uma classificação bem como uma análise.

Foco exploratório é definido por Marconi (2003) como uma investigação de pesquisa empírica cujo foco é a formulação de questões ou de um problema. O pensamento de Gil (2002) é complementar, afirmando que objetivo principal de uma pesquisa com foco exploratório, é o desenvolvimento de ideias com finalidade de prover hipóteses em condições de serem testadas em estudos posteriores.

Coleta de dados

Para a realização deste trabalho, foram utilizados dados secundários definidos como:

Pesquisar não é apenas coletar dados, mas não podemos falar em pesquisa sem falar em coletá-los. Os “dados”, em uma pesquisa, referem-se a todas as informações das

[...] quais o pesquisador pode se servir nas diferentes etapas do trabalho. Existem aqueles já disponíveis, acessíveis mediante pesquisas bibliográfica e/ou documental. São chamados dados secundários por se tratarem de “dados de segunda-mão”. Cumpre ressaltar que essa expressão não tem caráter pejorativo, apenas indica que são dados disponíveis e que não foram coletados especificamente para o nosso trabalho em particular. Há diferentes fontes de dados secundários, como jornais, registros estatísticos, periódicos, livros, cartas etc. (PRODANOV, 2013)

Os dados foram obtidos por meio de acesso a base utilizada pelo Decanato de Ensino de Graduação (DEG), da Fundação Universidade de Brasília, em um estudo realizado pelo mesmo, no qual é feita uma análise da trajetória dos alunos da UnB.

Delimitação espacial e temporal

Em meio ao universo de todas as universidades federais que aderiram ao REUNI, foi escolhida a Universidade de Brasília. Os dados analisados englobam os ingressantes entre o primeiro período do ano 2000 até o segundo período do ano de 2011.

Dentre os ingressantes no período supracitado, o foco foram os ingressantes em cursos presenciais, das seguintes modalidades de ingresso: Acordo cultural PEC-G, anistia, convênio Andifes, convênio – INT., dupla habilitação, Enem, matrícula cortesia, PIE, portador de diploma de curso superior, programa de avaliação seriada PAS, refugiado, registro de diploma, transferência convênio, transferência facultativa, transferência obrigatória, vestibular e visitante.

Organização dos dados coletados

A base de dados supracitada é composta por 123.006 mil ingressantes na Universidade de Brasília que estão divididos nas seguintes modalidades:

- Categoria de acesso;
- Modo de ingresso;
- Código da opção do curso;
- Data do ingresso na opção do curso;

- Data de saída da opção;
- Status final.

Foi utilizado o sistema “R”. Trata-se de um software livre, direcionado para computação estatística e gráficos, cuja versão utilizada no tratamento dos dados foi a 3.5.0, de 23 de abril de 2018. No tratamento, foi feita uma análise estatística, na qual a base de dados inicial sofreu algumas modificações. Inicialmente foram retirados 5120 ingressantes, cujo status final não era identificado, ou apenas com a identificação “- “. Os ingressantes a partir do ano de 2012, também não fazem parte da análise, afim de evitar uma distorção dos dados, tendo em vista que eles teriam menos tempo dentro da universidade.

Foram utilizados na análise os ingressantes cujo status final, no período supracitado era “formado” ou que saíram pelas seguintes justificativas:

- Desligamento por não cumprir condição;
- Desligamento por abandono;
- Desligamento voluntário;
- Reprovação da mesma disciplina três vezes;
- Desligamento por rendimento acadêmico;
- Desligamento por jubramento.

Os indicadores de evasão foram calculados da seguinte maneira:

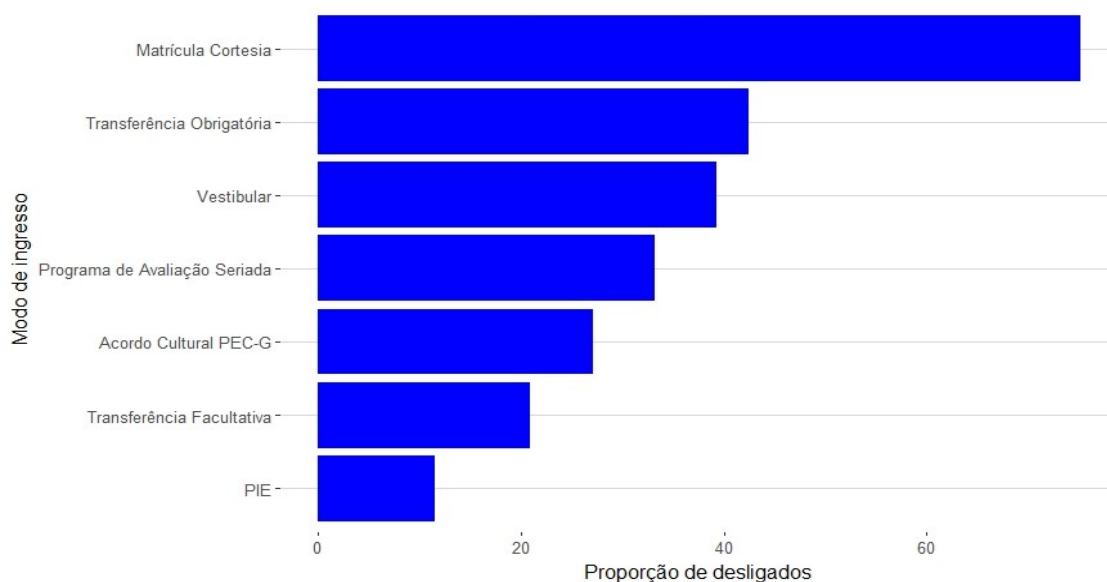
$$1 - \frac{\text{Ingressantes formados}}{\text{Total de alunos em todas categorias}}$$

Análise dos resultados da pesquisa

A análise dos dados no sistema “R”, conforme mencionada anteriormente, retornou alguns resultados importantes na investigação da evasão nos períodos anteriores a implementação do REUNI, bem como após a execução do mesmo.

A Universidade de Brasília, tem vários modos de ingresso, nesta pesquisa, iremos abordar apenas os métodos que ganham destaque, quando avaliamos a forma de ingresso dos alunos evadidos, conforme a figura a seguir:

Gráfico 01 – Proporção de desligados por modo de entrada da UnB - Número de desligados dividido pelo total de desligados e formados, em %



Fonte: UnB. Elaboração Própria

Conforme podemos ver no gráfico 1, os ingressantes por matrícula cortesia e transferência obrigatória, apresentam maiores índices de evasão perante os ingressantes dos métodos mais tradicionais e conhecidos, que são o vestibular e o Programa de Avaliação Seriada, que ocupam terceiro e quarto lugares, respectivamente, no universo analisado.

Modos de Ingresso

Segue a descrição dos modos de ingresso citados na pesquisa. A descrição oficial da UnB, de cada um dos modos, pode ser encontrada no anexo I.

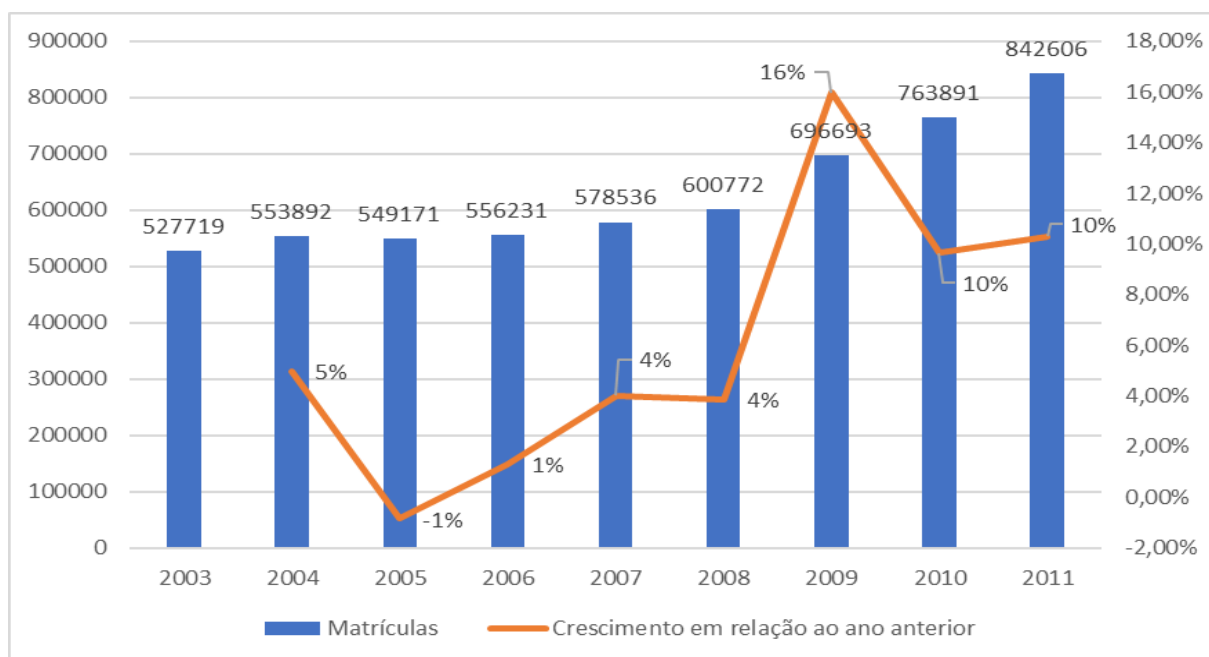
- **Matrícula Cortesia:** Forma de ingresso fundamentada no regime de reciprocidade do Brasil com outros países, indiferente da existência ou não de vagas na UnB. Concorrem a uma vaga, os funcionários e técnicos, bem como seus dependentes, estrangeiros em missão diplomática, que trabalhem em repartição consular no Brasil. Um dos pré-requisitos para usufruir de uma matrícula cortesia é que o beneficiário seja portador de visto diplomático, bem como que seu país de origem tenha regime de reciprocidade com o Brasil.
- **Transferência obrigatória:** Modalidade que permite que alunos de outras instituições, até mesmo do exterior, ingressem na Universidade de Brasília, sem restrição temporal ou de vagas. É voltada para servidores da esfera pública federal, militar ou civil, e a seus dependentes legais e econômicos. Os critérios de seleção têm como base uma decisão colegiada da UnB, composta por três etapas.
- **Vestibular tradicional:** Sistema de seleção adotado pela UnB desde a sua criação. É aplicada com a finalidade que os aprovados ingressem na UnB no segundo semestre letivo. Podem participar do vestibular todos que comprovarem a conclusão do ensino médio ou curso equivalente. A seleção é fundamentada no resultado obtido pelo candidato nas provas do vestibular.
- **Programa de Avaliação Seriada (PAS) – Processo seletivo** criado em meados da década de 90, como uma alternativa ao vestibular tradicional. Podem concorrer a uma vaga através do PAS os estudantes que estiverem devidamente matriculados no ensino médio, cuja duração é de três anos. O programa é dividido em três etapas, realizadas ao fim de cada uma das séries do ensino médio. A classificação é feita após a realização da terceira etapa, através do sistema de médias ponderadas das notas das três etapas.
- **Acordo Cultural – PEC-G:** Seleção de estudantes estrangeiros, com ensino médio ou equivalente completo, para que possam realizar estudos em nível de

graduação no Brasil. O processo seletivo é fruto de uma parceria das universidades brasileiras com os ministérios da educação e das relações exteriores. O escopo deste processo seletivo são os estudantes entre 18 e 23 anos de idade, inseridos em programas de desenvolvimento socioeconômico, cujos países possuem acordo com o Brasil. Maiores esclarecimentos sobre o funcionamento deste método de entrada, podem ser obtidas no apêndice.

- **Transferência Facultativa:** Processo seletivo destinado a estudantes de outras instituições de ensino superior, públicas, privadas, estrangeiras, ou em cursos reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação, para o preenchimento de vagas em curso equivalente. É necessário que o aluno tenha cumprido entre 20% e 75% dos créditos de seu curso, na instituição de origem.
- **Pedagogia para início de escolarização (PIE):** Fruto de um convênio entre a UnB e a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), o PIE foi um curso de pedagogia para professores em exercício, no início da escolarização, com objetivo de superar as barreiras do conhecimento técnico-científico, da prática pedagógica.

No que diz respeito à evasão, durante o período de implementação do REUNI, e nos anos seguintes, tomando como base dois dos mais conhecidos métodos de entrada na UnB, o crescimento do percentual de evadidos destes ingressantes ganha força a partir do ano de 2007, via vestibular tradicional e no outro método de entrada, (ingressantes via Programa de Avaliação Seriada – PAS), a partir do ano seguinte, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

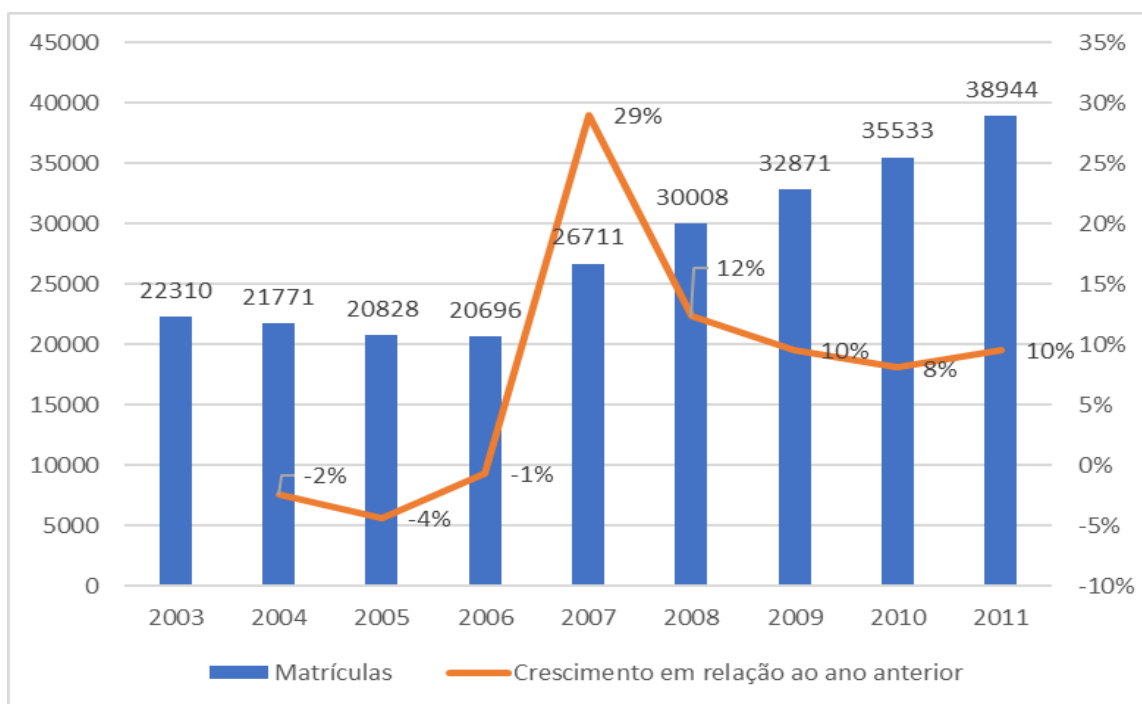
Após a implementação do REUNI, em todas as universidades Federais houve um crescimento do número de vagas ofertadas, pelo fato desta situação ser um dos pré-requisitos para que a instituição possa aderir ao REUNI. Essa comprovação pode ser notada no gráfico a seguir, que quantifica o número de vagas ofertadas, em cursos na modalidade presencial, pelas Universidades Federais entre os anos de 2003 e 2011.

Gráfico 02 – Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011.

Fonte: Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012 (Elaboração própria).

O gráfico 2, ilustra um crescimento no número de vagas ofertadas nos cursos de graduação, modalidade presencial, desde o ano de 2003. Exceção ao intervalo 2004/2005, onde houve uma sutil redução no número de vagas ofertadas. Isso mostra que o crescimento de vagas no ensino superior, mesmo que timidamente, já vinha acontecendo antes da implementação do REUNI nas universidades.

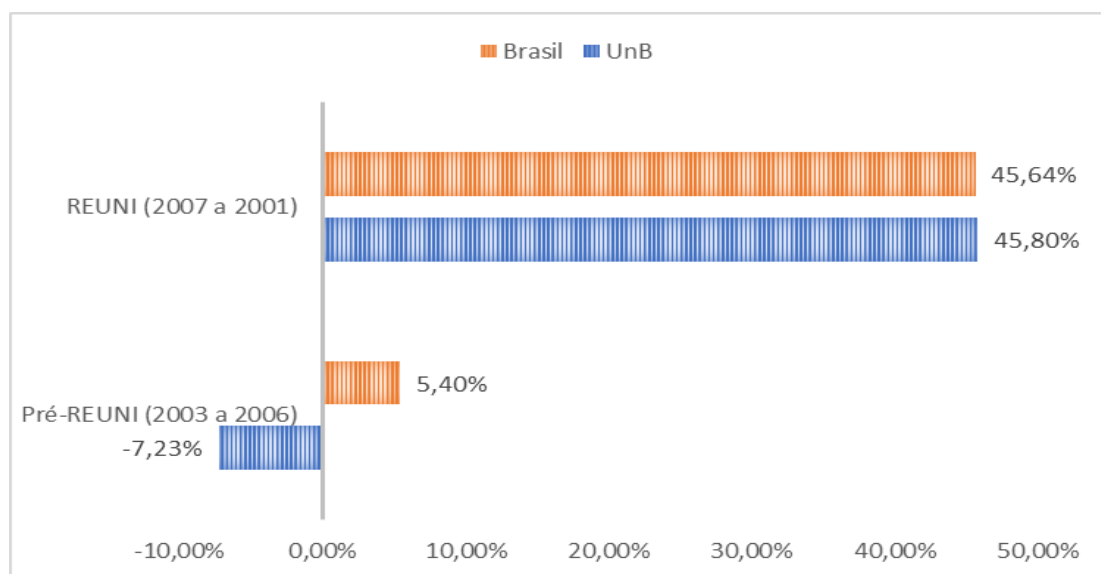
Com a comprovação documentada que o REUNI gerou um aumento no número de vagas ofertadas no ensino superior nas Universidades Federais, como podemos ver no gráfico anterior, a partir dos anos de 2007/2008, trazendo o foco para a UnB, é possível verificar o crescimento no número de matrículas no mesmo período analisado no gráfico anterior, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 03 – Evolução de matrículas na UnB

Fonte: Anuários estatísticos da Universidade de Brasília (Elaboração própria).

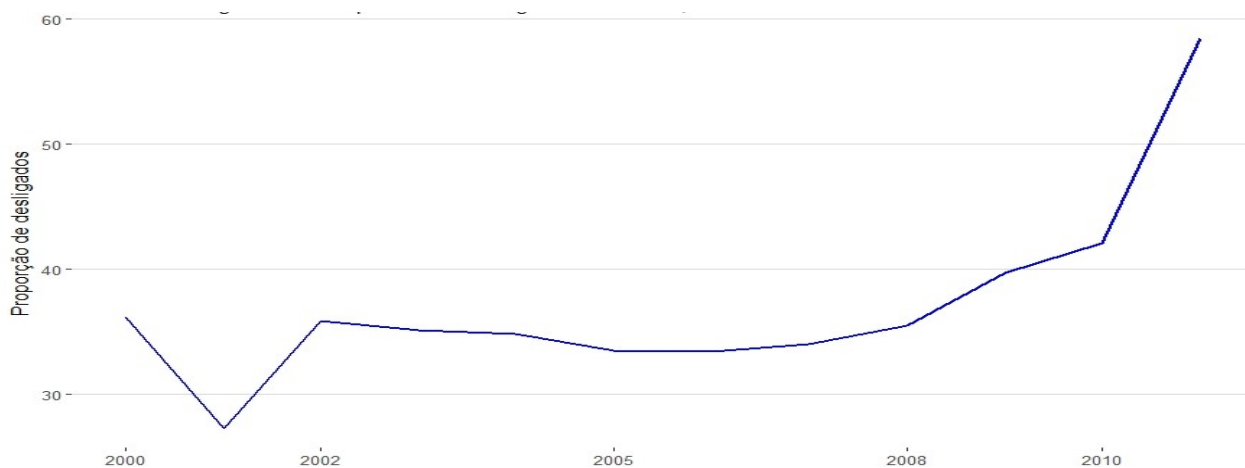
Quando comparados o crescimento das vagas ofertadas nas Universidades Federais com a evolução das matrículas na UnB, no mesmo período, é possível notar que antes da implementação do REUNI, as Universidades Federais tiveram um crescimento no número de vagas discreto, um pouco superior a 5%, já a UnB, teve um decréscimo no número de matrículas no período de pouco mais de 7%.

Posterior a implementação do REUNI, podemos verificar uma mudança radical neste cenário. Observa-se que houve crescimento de vagas ofertadas em todas as Universidades Federais, se elevou ao ponto de apresentar um crescimento na casa de 45,64%, índice muito próximo aos encontrados na análise do crescimento da UnB, que alcançou um índice de 45,80%, ou seja, um índice ligeiramente mais alto quando se estabelece uma comparação com as demais universidades federais no Brasil, conforme podemos observar no gráfico 04, a seguir.

Gráfico 04 – Vagas ofertadas nas Federais x Matrículas UnB

Fonte: Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012 x Anuários estatísticos da Universidade de Brasília (elaboração própria).

Os dados supracitados, vão de encontro ao objeto de estudo. Podemos verificar que a partir do ano de 2006, os índices de evasão na UnB apresentam crescimento, mesmo que tímido em um primeiro momento, porém ganhando maior notoriedade a partir do ano de 2008, ano seguinte a implementação do REUNI, e tendo seu crescimento acentuado no último triênio da série analisada, alcançando o seu ápice no ano de 2011.

Gráfico 05 – Proporção de desligados – Número de desligados dividido pelo total de desligados e formados, em %

Fonte: UnB. Elaboração Própria.

No que diz respeito a relação do aumento do número de ingressantes no ensino superior, com a evasão, devemos observar o seguinte:

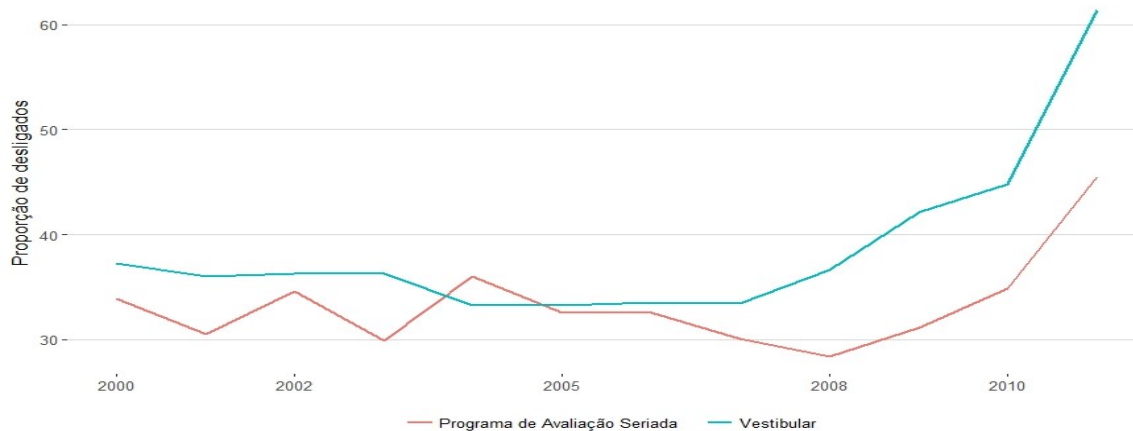
Um dos objetivos do REUNI, o aumento do número de vagas no ensino superior, está diretamente relacionado ao aumento do número de ingressantes, fenômeno que está interligado com a evasão, de acordo com Ramos (2014), uma vez que essa ampliação trouxe oportunidades para estudantes provindos de faixas socioeconômicas menos favorecidas, ingressar na universidade.

Todavia, deve ser observado que esses ingressantes sobreditos, vão confrontar barreiras como dificuldades em conciliar trabalho, com o turno de funcionamento de um curso, ou até mesmo com a carga horária curricular do mesmo, e em um aspecto estrutural, o fato de muitas vezes não terem uma educação de nível médio, em nível adequado para estarem em um curso superior. Estes obstáculos, acabam induzindo a evasão do ensino superior.

Corroborando o pensamento supracitado, Puertas Cañaverl (2017) aponta o abandono do ensino superior como uma seqüela de políticas de abertura e inclusão, nas quais o ingressante, atraído pela chance de ingresso, não opta pelo direcionamento desejado, ocupando vagas indesejadas, o que acaba induzindo o desincentivo do mesmo em concluir os seus estudos. A mesma afirma que o processo de popularização do ensino superior, faz com que os grupos sociais menos favorecidos ao longo do tempo, ao ingressar no ensino superior, proporcionalmente, geram maiores níveis de evasão.

No que diz respeito à evasão, durante o período de implementação do REUNI, e nos anos seguintes, tomando como base dois dos mais conhecidos métodos de entrada na UnB, o crescimento do percentual de evadidos destes ingressantes ganha força a partir do ano de 2007, via vestibular tradicional e no outro método de entrada, (ingressantes via Programa de Avaliação Seriada – PAS), a partir do ano seguinte, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 06 – Proporção de desligados por tipo de ingresso – Número de desligados dividido pelo total de desligados e formados, em %.



Fonte: UnB. Elaboração Própria.

No intervalo analisado, é possível verificar uma oscilação de ambos os métodos de entrada, mais acentuada no Programa de Avaliação Seriada, até o ano de 2007, quando é implementado o REUNI na UnB. A partir de então, os índices ganham corpo e seguem crescentes até o último ano da série temporal, 2011.

Graficamente, os dados de crescimento dos índices de evasão dos gráficos 5 e 6, estão quantificados na tabela a seguir:

Tabela 01 – Percentual de evadidos por ano de ingresso

Ano de ingresso	% Total de evadidos na UnB	% de evadidos que ingressaram via vestibular	% de Evadidos que ingressaram via PAS
2005	33,5%	33,3%	32,5%
2006	33,4%	33,5%	32,6%
2007	34,0%	33,5%	30,1%
2008	35,5%	36,7%	28,3%
2009	39,7%	42,2%	31,8%
2010	42,1%	45,5%	34,9%
2011	58,5%	61,4%	45,6%

Fonte: UnB. Elaboração Própria.

No que diz respeito ao total de evadidos na UnB, entre os anos de 2005 e 2008, ocorre uma tímida variação, decrescente nos dois primeiros anos da análise, que se reverte em um pequeno crescimento, entre os anos de 2007 e 2008. Após esse período, paralelo a implementação do REUNI, os percentuais começam a ter um crescimento mais considerável, na casa de 4,2% entre 2008 e 2009, 2,4% entre 2009 e 2010 e expressivos 16,4% entre 2010 e 2011.

Entre os evadidos, os que ingressaram via vestibular não tiveram um desempenho muito diferente. Nos três primeiros anos da amostragem, houve uma variação crescente de 0,2%. O crescimento ganha corpo entre os anos de 2007 e 2008, onde o percentual de crescimento atinge 3,2% do total de evadidos. A partir desse momento, o crescimento é mais robusto, sendo de 5,5% de 2008 para 2009, 3,3% de 2009 para 2010 e 15,9% entre 2010 e 2011, sendo a maior variação nas variáveis analisadas na tabela.

Por fim, entre os evadidos, os que ingressaram pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS), entre os anos de 2005 e 2008, houve uma queda no percentual de evadidos, saindo de 32,5% em 2005, com um leve aumento para 32,6% em 2006, seguido de duas quedas, para 30,1% em 2007 e 28,3% em 2008. Desde então, os índices começaram a ter crescimento, saltando para 31,8% em 2009, o que representa um crescimento de 3,5%. Para o ano seguinte, o crescimento foi de 3,1%, chegando ao seu auge no ano de 2011, atingindo 45,6%, marcando um crescimento de 10,7% em relação ao ano anterior.

Assistência Estudantil

Como já foi visto anteriormente, é notório que a evasão teve crescimento após a implementação do REUNI na Universidade de Brasília, porém, a UnB tem políticas que buscam combater a evasão de seus discentes, também conhecidas modalidades de assistência estudantil.

Para começar a abordar o assunto, é pertinente ter conhecimento da definição de assistência estudantil:

[...]mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula[...] (VASCONCELOS, 2010)

Convergindo com a definição supracitada, De Assis (2013) considera a política de assistência estudantil uma ação com objetivo a atender as demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cuja participação vem ganhando amplitude no ensino superior público brasileiro.

A União é o principal financiador do Ensino Superior público brasileiro. A fim de propiciar o aumento da oferta de vagas neste modal de ensino, foi criado, em 2007, o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Com o advento deste, o PNAES foi implementando por meio da Portaria Normativa nº 39 do Ministério da Educação (MEC), tornando-se política governamental por meio do Decreto Presidencial nº 7.234/2010. [...] De acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (2004), 65% dos estudantes universitários necessitam de algum apoio institucional para sua manutenção na universidade, e 42,8% vivem em risco de vulnerabilidades socioeconômicas (QUEIROZ, 2015).

A criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, em 12 de dezembro de 2007, segundo Vasconcelos (2010) foi determinante para a evolução das políticas de assistência estudantil, representando o fortalecimento de uma luta histórica cujo objetivo é garantir uma equiparação da mesma a um direito social, com intuito de alcançar a igualdade de oportunidades a todos os discentes do ensino superior público. Convergindo com este pensamento, Queiroz (2015), entende que o PNAES tem como foco a queda dos índices de evasão no ensino superior.

O Decanato de Assuntos Comunitários é o setor responsável, pelo controle das modalidades de assistência estudantil dentro da Universidade de Brasília. O DAC promove ações em conjunto com outros setores da Universidade de Brasília, com a finalidade de aprimorar e aumentar as opções disponíveis à comunidade universitária, como um todo, bem como com foco nos estudantes que necessitam de alguma assistência estudantil.

Vinculada ao DAC, a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), surgiu no ano de 1994, como uma substituta da antiga Diretoria de Serviço Social. A função da DDS consiste no assessoramento do DAC, desde o planejamento até a execução de projetos e ações voltadas para a assistência estudantil no âmbito da UnB.

O objetivo principal da DDS consiste na promoção da assistência estudantil como um direito a discentes em situação de fragilidade socioeconômica, por meio de ações que buscam incentivar a permanência dos mesmos, com a finalidade de concluir com êxito sua passagem pelo ensino superior. A UnB adota critérios como avaliação socioeconômica, subdividida em seis etapas, das quais surgem as divisões dos grupos a serem atendidos pelas políticas de assistência estudantil.

Os estudantes cuja situação socioeconômica é considerada suficiente para se manter na universidade, são alocados no grupo denominado como “não prioritário”. Já os que a situação socioeconômica é considerada parcialmente suficiente para se manter na universidade, são alocados no grupo II. Por fim, os que após a análise socioeconômica verificam-se grandes limitações, ou seja, sem as políticas de assistência estudantil, a probabilidade de permanência na universidade é muito baixa, são alocados no grupo I.

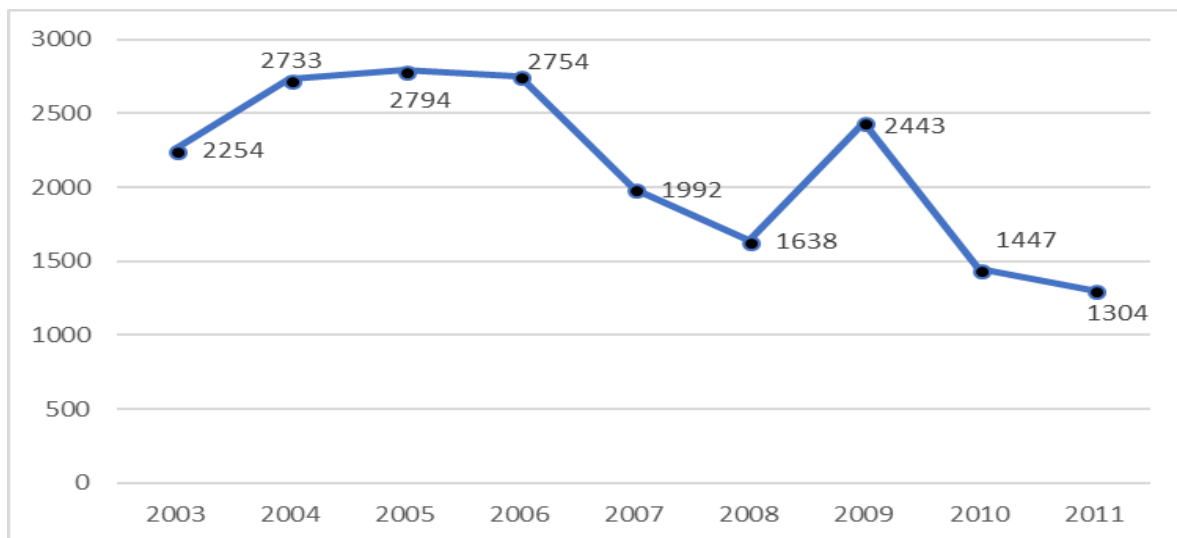
Programas de assistência estudantil da Universidade de Brasília.

Bolsa Alimentação

Ação desenvolvida em auxílio com o Restaurante Universitário (RU), no qual a universidade fornece um subsídio para os estudantes dos grupos citados anteriormente, no café da manhã, almoço e jantar. O grupo não prioritário, paga o valor de R\$ 2,50, (dois reais e cinquenta centavos) por refeição. Já os estudantes do grupo I, pagam apenas 20% desse valor, ou seja, R\$ 0,50 (cinquenta centavos). Os estudantes do grupo II, pagam 40% do valor, equivalente a R\$ 1,00 (um real).

O gráfico a seguir, mostra a evolução entre os anos de 2003 e 2011 do quantitativo de beneficiários do programa:

Gráfico 07 – Beneficiários por ano: Bolsa Alimentação



Fonte: Anuários Estatísticos da Fundação Universidade de Brasília

Entre os anos de 2003 e 2005, houve crescimento no número de beneficiários, tendo uma sutil queda entre 2005 e 2006, que se prolongou até o ano de 2008, com maior ênfase entre os anos de 2006 e 2007. Entre 2008 e 2009 houve uma mudança de cenário, proporcionando um aumento de aproximadamente 49% dos beneficiários, o que não foi suficiente para alcançar o pico do intervalo analisado. A partir de 2009, os quantitativos voltaram a decrescer, atingindo o menor quantitativo do período analisado, no ano de 2011.

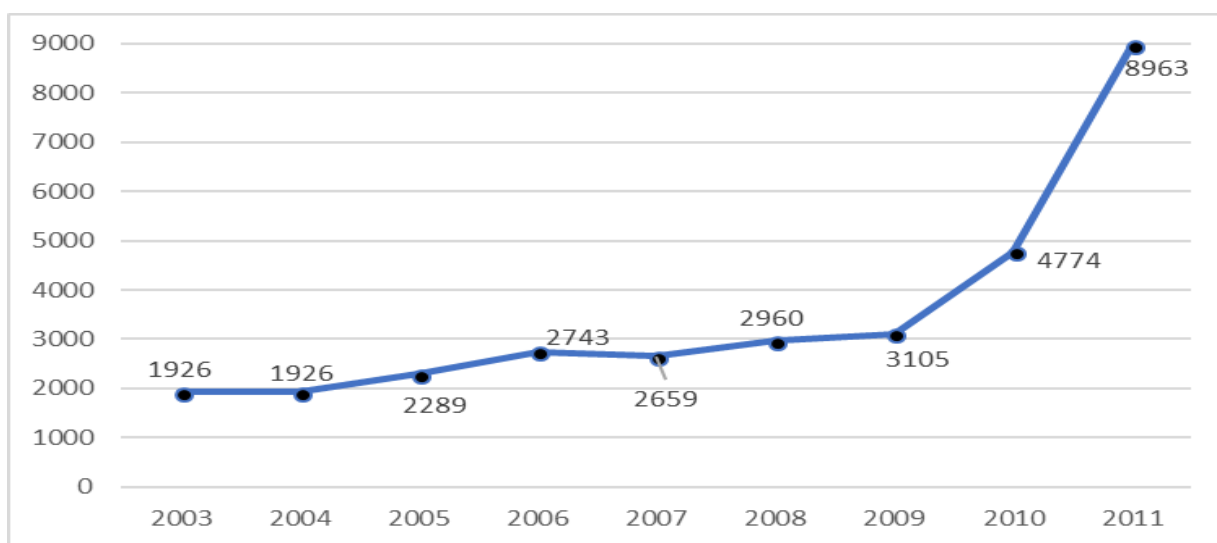
Programa auxílio socioeconômico

Esta ação foi criada com o intuito de minimizar as discrepâncias sociais entre os estudantes da UnB, contribuindo para a permanência e diplomação dos que se encontram em fragilidade socioeconômica. Os pagamentos de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) são feitos mensalmente, a estudantes que se enquadram nas condições supracitadas, e que estejam regularmente matriculados em cursos presenciais na UnB. O acesso ao programa se dá por meio de Edital específico. A permanência dos selecionados está vinculada ao rendimento

acadêmico do discente dentro do currículo e fluxo de seu curso, ou seja, para continuar sendo um beneficiário do programa, o estudante deve ter um bom rendimento acadêmico.

O gráfico abaixo, mostra a evolução entre os anos de 2003 e 2011 do quantitativo de beneficiários do programa:

Gráfico 08 – Beneficiários por ano: Bolsa permanência



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos anuários estatísticos da Fundação Universidade de Brasília

Ao contrário do que foi verificado na análise dos beneficiários da Bolsa Alimentação, o programa Bolsa Permanência, no intervalo analisado, apresentou crescimento do número de beneficiários. O único período em que não houve crescimento, foi entre os anos de 2006 e 2007, no qual foi registrada uma queda de 84 beneficiários do programa. O auge do mesmo, no período analisado, se dá no último ano do intervalo, atingindo um quantitativo aproximadamente 365% superior ao do início da série analisada.

Vale ressaltar que após a implementação do REUNI, no ano de 2007, houve uma evolução crescente e um aumento significativo de beneficiários, nos levando a crer que o programa alcançou discentes em situação de fragilidade econômica, que caso não existisse o programa, não teriam acesso à universidade pública.

PROGRAMA MORADIA ESTUDANTIL

O programa Moradia Estudantil busca amenizar as dificuldades de acesso e frequência dos discentes ao campus universitário. Por meio de moradia e transporte, o programa auxilia estudantes em condição de fragilidade socioeconômica, que estejam devidamente matriculados em cursos presenciais. A ação do programa consiste nas seguintes modalidades:

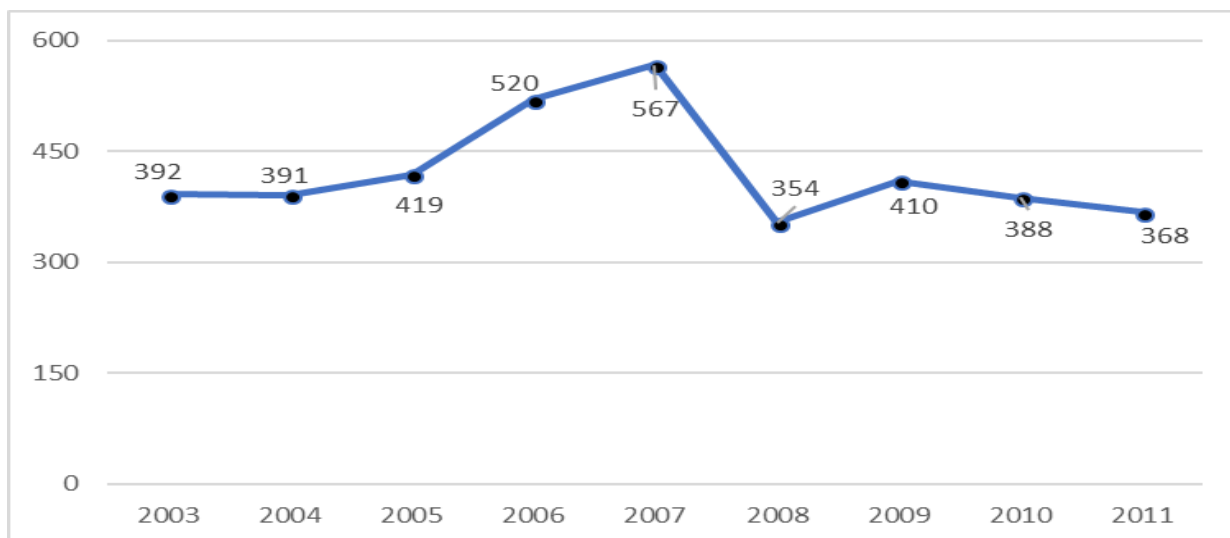
Pecúnia: Inicialmente, cabe ressaltar que esta modalidade tem um número específico de vagas, só poderá ter acesso a uma vaga, caso ela esteja vaga, caso contrário, não é possível ser beneficiário desta modalidade. São elegíveis a receber mensalmente o valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) os estudantes cujas famílias residem fora do Distrito Federal e não possuam imóveis no DF, bem como estudantes oriundos de áreas de difícil acesso ao campus de origem.

A dificuldade no acesso é comprovada através de um conjunto de fatores como incompatibilidade de horários do transporte coletivo com os horários das aulas, distância entre a residência e o ponto de acesso ao transporte bem como a disponibilidade de transporte público para o campus de origem.

Vaga em apartamento na Casa do Estudante Universitário (CEU): Exclusivo para estudantes do campus Darcy Ribeiro. A condição para ser beneficiário dessa modalidade é que a família do discente não tenha imóveis nem residência fixa no Distrito Federal.

Auxílio transporte: Modalidade exclusiva para estudantes cujas residências pertencem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) (Lista das localidades no Anexo II)

No que diz respeito a moradia estudantil, o gráfico abaixo representa a evolução entre os anos de 2003 e 2011 do quantitativo de beneficiários do programa:

Gráfico 09 – Beneficiários por ano: Moradia Estudantil (graduação)

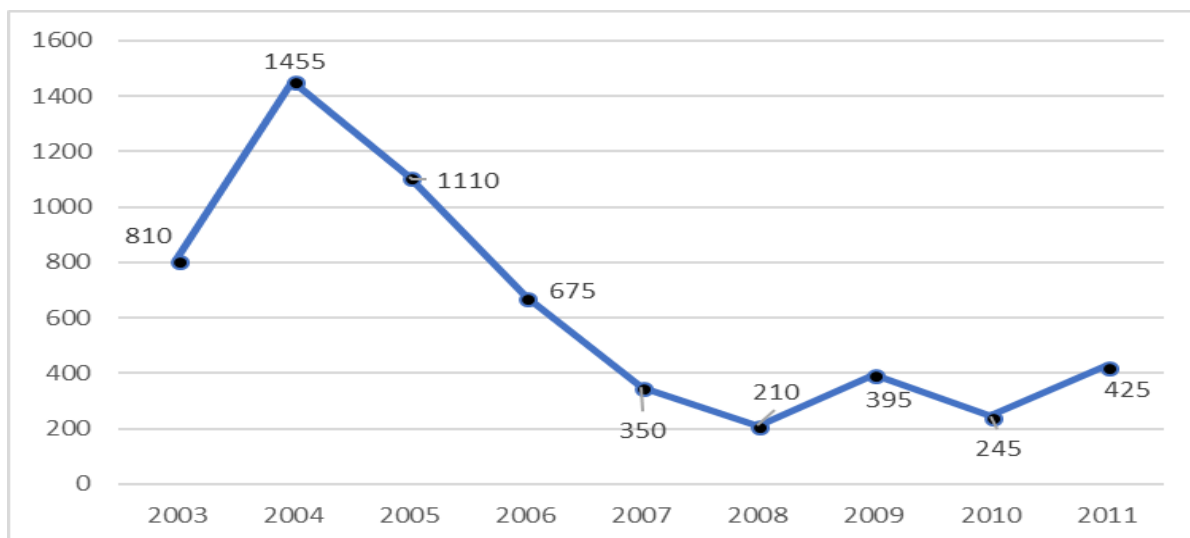
Fonte: Anuários Estatísticos da Fundação Universidade de Brasília

Até o ano de 2007, o quantitativo dos beneficiários da moradia estudantil (graduação), apresentou crescimento, saltando de 392 em 2003 para 567 em 2007, ano de implementação do REUNI. No intervalo seguinte, esse quantitativo teve uma queda brusca, caindo para 354 beneficiários, sendo este o menor índice no intervalo analisado. Nos anos seguintes, o índice teve variações positivas e negativas em seu quantitativo, encerrando o período analisado com menos beneficiários do que no primeiro ano da amostra, indicando uma retração no período.

Vale Livro – Editora UnB

A cada semestre, os discentes participantes dos programas de assistência estudantil, tem direito a cinco vales livro, que podem ser retirados na DDS. Basta o estudante apresentar os vales na compra dos livros.

O gráfico abaixo, mostra a evolução entre os anos de 2003 e 2011 do quantitativo de beneficiários do programa:

Gráfico 10 – Beneficiários por ano: Vale Livro

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos anuários estatísticos da Fundação Universidade de Brasília

O maior crescimento no número de beneficiários do Vale Livro, ocorreu entre os anos de 2003 e 2004, início da série analisada, quando o quantitativo teve um crescimento de pouco mais de 79%. Desde então, os índices sofreram consecutivas quedas até o ano de 2008, atingindo o menor valor no intervalo analisado. Doravante, os quantitativos de beneficiários sofreram alterações tanto positivas quanto negativas, encerrando o período analisado com um número de beneficiários aproximadamente 48% inferior, ao do início da série.

Programa auxílio emergencial

Programa voltado para estudantes, devidamente matriculados nos cursos presenciais, que não fazem parte de nenhum programa de assistência estudantil, porém, que se encontram em situação de fragilidade socioeconômica momentânea por motivos inesperados. As solicitações são analisadas por assistentes sociais, bem como pela DDS/DAC.

O discente pode receber apenas o primeiro mês do auxílio sem ter passado pelo estudo socioeconômico da DDS/DAC. Esse programa é limitado a três pagamentos por semestre, que só ocorrem no caso da persistência da fragilidade socioeconômica. O valor do auxílio é de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Programa de Acesso à Língua estrangeira

Desde de 2010, existe uma parceria com a escola UnB idiomas, na qual é ofertada uma vaga, com isenção de valores, por turma, para discentes que estão em situação de fragilidade socioeconômica.

Bolsa MEC

Ação do Governo Federal que disponibiliza auxílio financeiro aos discentes em situação de fragilidade socioeconômica, quilombolas e indígenas. É necessário que os mesmos estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino superior. O objetivo da Bolsa MEC é incentivar a permanência e diplomação dos discentes, minimizando as desigualdades sociais.

Posto isso, é oportuno citar que os recursos que financiam os programas dos auxílios socioeconômicos, moradia em pecúnia, auxílio emergencial e alimentação são oriundos do PNAES. (QUEIROZ, *et al*,2015).

Nota-se que a UnB não é omissa no que diz respeito às políticas de assistencialismo estudantil, entretanto, vale ressaltar que as mesmas podem afetar a permanência dos discentes na universidade, mas não estão sendo capazes de reduzir os índices de evasão que vem apresentando crescimento ao longo do período analisado. Complementar a essa análise, podemos analisar o tempo médio de formatura dos discente ingressantes no período analisado.

O tempo médio de formatura dos discentes da universidade, desde o ano 2000 é:

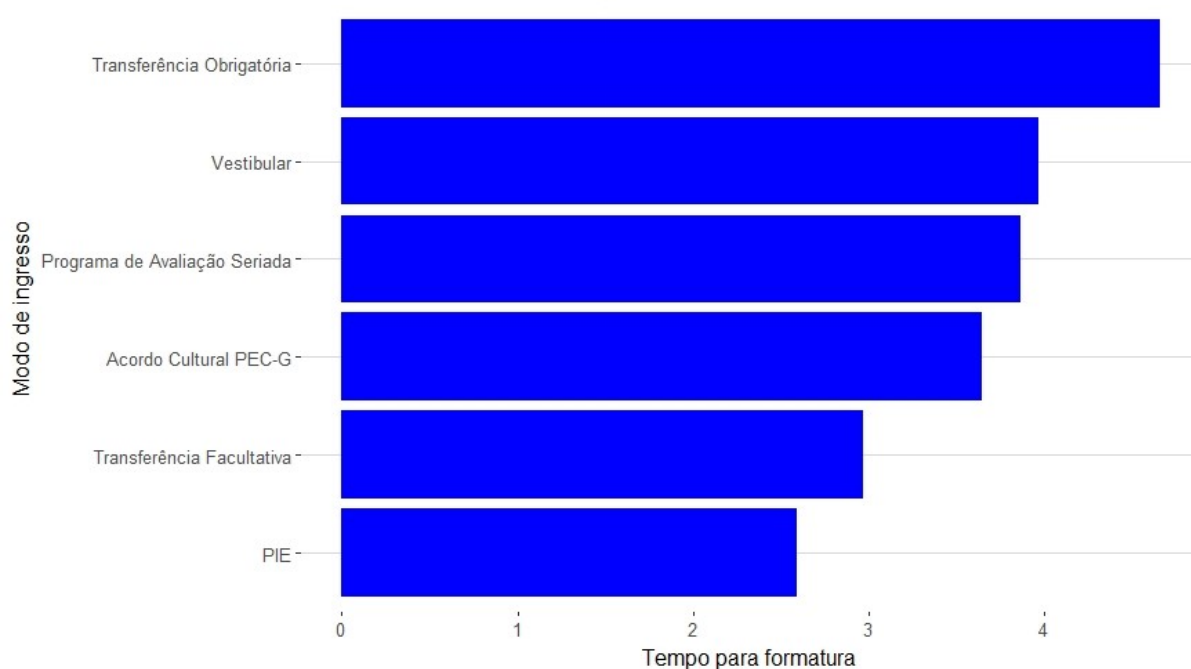
Tabela 02 – Tempo médio para formatura na UnB

ANO	Δ EM ANOS
2000	7,15
2001	7,22
2002	7,22
2003	7,22
2004	7,2
2005	7,2
2006	7,24
2007	7,24
2008	-
2009	-
2010	7,32
2011	-

Fonte: UnB. Elaboração Própria.

Detalhando a base de dados utilizada, é possível verificar, no período analisado, que os discentes concluíram seus respectivos cursos em tempo razoavelmente inferior, quando comparados com os dados médios de permanência máxima na universidade, o que vem a ser lógico. O gráfico a seguir relata esta constatação, segmentando os discentes de acordo com os métodos de entrada na universidade.

Gráfico 11 – Tempo médio para formatura por modo de entrada na UnB – Ano de formatura – ano de ingresso



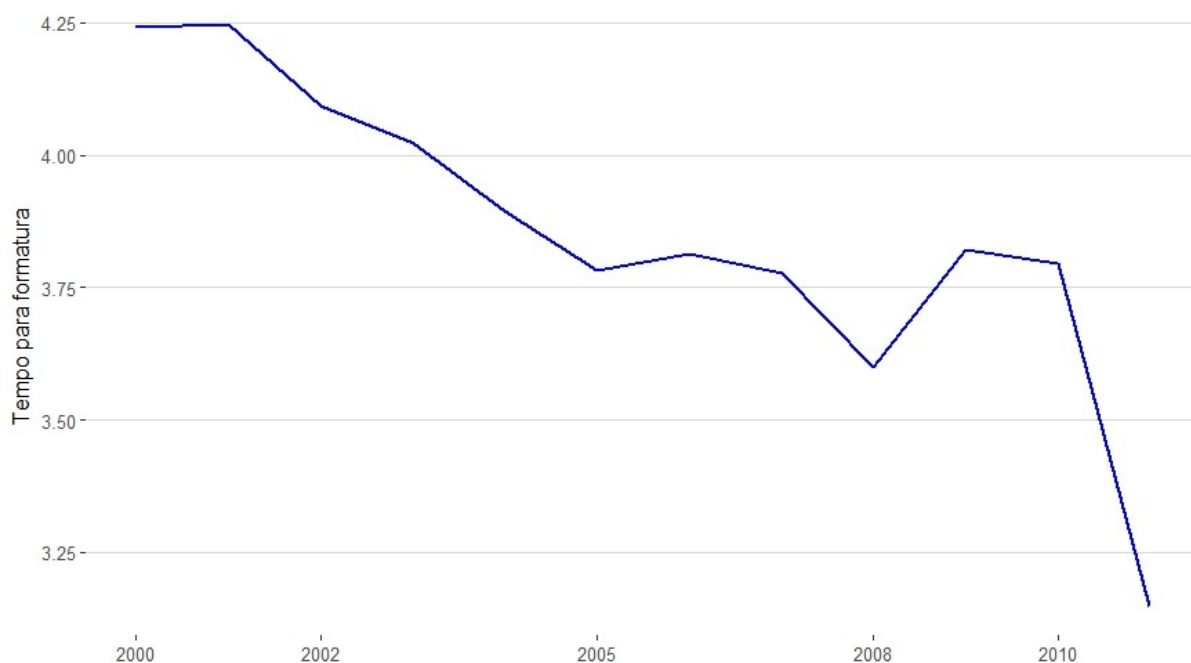
Fonte: UnB. Elaboração Própria.

Os dados do gráfico 11, carregam similaridades com os do gráfico 1, no qual é apresentada a proporção de desligados por modo de entrada na UnB. Com exceção dos ingressantes por matrícula cortesia, as formas de ingresso, são as mesmas. O tempo médio de formatura, de acordo com os modos de entrada na UnB, nos mostra que os alunos ingressantes na universidade por transferência obrigatória, são os que levam o maior tempo médio para se formarem, no universo analisado, aproximadamente, pouco mais de quatro anos.

Os ingressantes pelas vias mais conhecidas e tradicionais, vestibular e Programa de Avaliação Seriada, vem logo a seguir, com um tempo médio para formatura ligeiramente inferior a quatro anos, sendo que os ingressantes por meio de vestibular, tem um tempo médio de formatura superior quando comparados aos do Programa de Avaliação Seriada.

Partindo para uma análise mais completa, percebe-se que o tempo médio para formatura dos ingressantes, caiu sensivelmente, quando comparados os dados entre os anos de 2000 e 2011. No início do período analisado, o tempo médio para formatura de um discente da UnB era de quatro anos e três meses, aproximadamente. A variável apresentou queda constante, salvo por pequeno aumento registrado entre os anos de 2005 e 2006, voltando a cair em 2007 atingindo seu menor patamar no período analisado no ano de 2008, quando o tempo médio de formatura foi de pouco mais de três anos e sete meses, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Tempo médio para formatura – Ano de formatura menos ano de ingresso



Fonte: UnB. Elaboração Própria.

5 – CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo avaliar os impactos da implementação das políticas de expansionismo do REUNI, nos índices de evasão da UnB. Uma das premissas na efetivação do programa, era elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação, presenciais, para noventa por cento, o que significa que os índices de evasão estariam próximos da casa dos dez por cento, algo que na prática, com os dados da Universidade de Brasília, ficou longe de ser alcançado.

Para chegar a esta afirmação, foi feita uma pesquisa descritiva, quantitativa com foco exploratório, utilizando dados secundários, obtidos por meio de acesso a base de dados utilizada pelo Decanato de Ensino e Graduação (DEG) da UnB, no qual o mesmo realizou estudo sobre a trajetória dos alunos na Universidade. A abrangência temporal dos dados era ampla, e o presente estudo delimitou a temporalidade entre os estudantes ingressantes no primeiro período do ano 2000 até os ingressantes no segundo período do ano de 2011.

A análise dos dados foi realizada através da utilização do sistema “R”, em sua versão 3.5.0, de 23 de abril de 2018. Trata-se de um software livre, direcionado para computação estatística e gráficos. No tratamento da base de dados, inicialmente, foram retirados 5120 ingressantes, que não tinham identificação de seu status final, ou com identificação “- “. Não foram levados em conta, os ingressantes a partir do ano de 2012, para evitar uma distorção dos dados, uma vez que os mesmos teriam um tempo inferior dentro da universidade.

Foram utilizados os ingressantes com status final, no período descrito, era formado, ou que sofreram desligamento por não cumprir condição, abandono, voluntário, rendimento acadêmico, jubramento e por três reprovações na mesma disciplina, entre os anos de 2000 e 2011.

A base de dados serviu para análises relativas a evasão de alunos da universidade de maneira segmentada, como por exemplo, quais os métodos de entrada que tiveram mais alunos

evadidos. O trabalho também fez uma análise do número de vagas nas universidades federais entre os anos de 2003 e 2011 e constatou que de fato, o REUNI ampliou o número de acessos ao ensino público superior. A UnB seguiu a tendência nacional e teve um expansionismo em seu número de ingressantes a partir de 2007.

A finalidade do REUNI era não somente aumentar o número de ingressantes, porém elevar o percentual de conclusão dos cursos de graduação na modalidade presencial, para noventa por cento, o que daria margem para uma taxa de evasão de dez por cento, porém o cenário que foi observado na Universidade de Brasília, seguiu a proposta do programa na íntegra, uma vez que os percentuais de evasão, após a implementação das políticas do REUNI, cresceram, de aproximadamente 34% no ano de 2007, quando teve início o REUNI, para pouco mais de 58% no último ano da análise temporal deste trabalho, em 2011.

A universidade tem políticas de assistência estudantil, com a finalidade de assegurar que os discentes, em condições de vulnerabilidade socioeconômica, não deixem de frequentar a universidade por causa destas fragilidades, presentes em seu dia-a-dia. Foram detalhadas, tanto no decorrer do estudo, quanto no apêndice, as modalidades de assistência estudantil ofertadas pela UnB. Porém, observa-se que o assistencialismo ofertado pela universidade, não foi capaz de diminuir os índices crescentes de evasão, identificados no estudo.

Estudos futuros podem se debruçar sobre quais os caminhos devem ser traçados pela Universidade de Brasília para conter os crescentes índices de evasão, uma vez que as políticas adotadas até o momento, não estão sendo capazes de conter este crescimento. Doravante esta contenção, devem ser estudadas alternativas para que os índices sofram redução, uma vez que os mesmos estão em patamares muito superiores ao que o REUNI estipulou para as universidades que aderissem ao programa. A evasão pode ser vista como uma perda de recursos tanto financeiros quanto intelectuais, onde todos sofrem suas consequências, não somente as instituições de ensino superior, fato este, que demanda celeridade na busca de alternativas que possam minimizar essas perdas de recursos públicos e de capital intelectual.

ANEXO I

1 - Transferência obrigatória - Forma de ingresso de aluno de outras Instituições de Ensino Superior (IES), de origem congênere com a Universidade de Brasília (UnB), ou do exterior, a qualquer tempo e independentemente de vaga, concedida nos termos da lei a servidores públicos federais, civis e militares, removidos *ex-offício* para o Distrito Federal.

Como funciona: Decisão colegiada da UnB, que segue três etapas: 1) análise técnica de documentação pela Secretaria de Administração Acadêmica (SAA); 2) análise do colegiado do curso; 3) homologação pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG).

Quem pode participar: Servidor público federal civil ou militar, ou seu dependente legal econômico, que for estudante em outra IES na data da remoção para Brasília. Há outras condições específicas que devem ser verificadas com a SAA e que dizem respeito ao processo de ingresso na IES de origem e a equivalência entre os cursos.

2 - Vestibular tradicional - Sistema de seleção tradicional da UnB, aplicado desde a fundação da instituição, em 1962. A prova é elaborada pela própria Universidade de Brasília e aplicada apenas para ingresso de estudantes no segundo semestre letivo.

Como funciona: A classificação é feita com base no resultado obtido pelo candidato nas provas de conhecimentos e de redação elaboradas pela UnB.

Quem pode participar: O candidato que comprovar a conclusão do ensino médio (ou curso equivalente). O candidato que se inscrever em qualquer um dos cursos que exigem Certificação de Habilidade Específica somente poderá concorrer a esse curso caso possua a referida certificação, dentro do período de validade.

3 - Programa de avaliação seriada (PAS) - Processo seletivo criado pela UnB em 1995 como alternativa ao Vestibular para ingresso na Universidade. O PAS objetiva integrar a educação básica à superior para promover melhorias na qualidade do ensino.

Como funciona: O Programa de Avaliação Seriada (PAS) acontece em três etapas: uma a cada série do ensino médio. Ao final da 1ª, da 2ª e das 3ª séries do ensino médio, aplica-se a prova relativa aos conhecimentos adquiridos naquele ano de estudo. A classificação dos candidatos é feita após a prova da terceira etapa, com base na média ponderada (pesos 1, 2 e 3) obtida nos resultados das provas realizadas ao final de cada série.

Quem pode participar: Estudante devidamente matriculado no ensino médio de escola pública ou particular, na modalidade regular de ensino, com duração de três anos ou com

estrutura curricular de quatro anos completos. É recomendável que a instituição de educação básica esteja credenciada no PAS. Na 3ª etapa da avaliação, o candidato que se inscrever em qualquer um dos cursos que exigem Certificação de Habilidade Específica somente poderá concorrer a esse curso caso possua a referida certificação, dentro do período de validade.

4 – Acordo cultural – PEC-G - O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) seleciona cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país. Mais informações: portal.mec.gov.br/pec-g

Como funciona: A certificação no exame de proficiência em língua portuguesa é condição fundamental para o ingresso na Instituição de Ensino Superior e no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação. A pré-seleção dos candidatos é feita pelas missões diplomáticas brasileiras que encaminham a relação dos candidatos à DCE/DCT/MRE. A Divisão de Temas Educacionais DCT/MRE e a Coordenação-Geral de Relações Estudantis SESu/MEC, assessoradas por uma comissão indicada pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras; Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais e Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis nos termos da Portaria SESu/MEC 510, de 21 de agosto de 2006, fazem a seleção final, em Brasília.

Quem pode participar: Candidatos estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país. São selecionadas preferencialmente pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e seus países de origem. Os acordos determinam a adoção pelo aluno do compromisso de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou.

5 – Transferência Facultativa - Forma de ingresso na UnB, mediante processo seletivo, para alunos regulares de outras Instituições de Ensino Superior (IES), públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, para prosseguimento de estudos no mesmo curso ou em curso equivalente, visando ao preenchimento de vagas de graduação ociosas da Universidade. Entende-se como curso equivalente aquele que confira o mesmo grau de formação e tenha carga horária compatível com o curso pretendido na UnB.

Como funciona: A seleção dos candidatos é realizada em etapas. A primeira etapa, de caráter unicamente eliminatório, para todos os cursos, será constituída de análise do histórico escolar quanto ao cumprimento, a partir das disciplinas cursadas na IES de origem, de, no mínimo, 20% da carga horária específica do curso de destino e de, no máximo, 75% do total da carga horária exigida para a integralização desse curso e de análise da equivalência entre o curso pretendido e o curso de origem. A segunda etapa, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cursos é baseada na nota do Enem do candidato.

Quem pode participar: Aluno regularmente matriculado em Instituição de Ensino Superior, ou em curso reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação, que tenha cumprido entre 20% e 75% dos créditos exigidos para a conclusão do curso, na IES de origem, conforme estabelecido em edital, e que tenham feito pelo menos um dos três exames do Enem anteriores à publicação do edital.

6 – Matrícula cortesia - Forma de ingresso de aluno oriundo de país que assegure o regime de reciprocidade com o Brasil, independentemente da existência de vaga e com isenção de concurso vestibular.

Como funciona: A matrícula-cortesia somente será concedida a estudante de país que assegure o regime de reciprocidade e que seja portador de visto diplomático ou oficial. Ao técnico estrangeiro e seus dependentes legais somente poderá ser concedida matrícula-cortesia se, no seu contrato de prestação de serviços, constar o tempo de permanência mínima de doze meses em território nacional.

A Universidade de Brasília somente efetivará a matrícula-cortesia após o recebimento de expediente com a autorização formal da SESu/MEC, em atendimento a pedido formulado pelo Ministério das Relações Exteriores. O beneficiário da matrícula-cortesia ficará subordinado às normas que regem o ensino de graduação da UnB.

A apresentação do aluno-cortesia para admissão deverá obedecer ao Calendário Acadêmico da UnB. A não observância dos prazos estabelecidos pela Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) implicará a perda do direito de matrícula do aluno no período.

No caso de transferência do responsável para novas funções em outro país, o aluno poderá manter sua matrícula-cortesia até o término do curso em que tenha ingressado, mediante a substituição do visto diplomático ou oficial pelo temporário correspondente. Ao aluno matrícula-cortesia é facultado o direito de solicitar aproveitamento de estudos.

Quem pode participar: Funcionário estrangeiro de missão diplomática ou repartição consular de carreira no Brasil e seus dependentes legais. Funcionário ou técnico estrangeiro de organismo internacional que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a sua organização, assim como seus dependentes legais.

Técnico estrangeiro que preste serviço em território nacional, no âmbito de acordo de cooperação técnica ou cultural firmado entre o Brasil e seu país de origem, assim como seus dependentes legais.

7 – Pedagogia para início de escolarização (PIE): Curso de pedagogia para professores em exercício no início de escolarização. Planejado pela faculdade de educação e oferecido através de um convênio entre a UnB e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF (GISELE FERREIRA FEITOSA)

O PIE representa uma alternativa na formação de professores e intenciona superar a relação linear e mecânica entre conhecimento científico-técnico e a prática pedagógica, ou seja, a proposta implementada pela Universidade de Brasília, funda-se na possibilidade de chegar-se ao conhecimento necessário para a realização e reconhecimento do trabalho docente como meio qualificador dos sujeitos, da própria escola e da sociedade em geral. Dentre os objetivos do PIE está o de atender às necessidades do professor em formação, quanto às habilidades pedagógicas para o exercício do magistério.

ANEXO II

Auxílio Transporte: concessão mensal de auxílio financeiro para custear parcialmente as despesas do estudante com o transporte interestadual entre sua residência e o campus universitário. A modalidade de Auxílio Transporte é exclusiva para estudantes residentes nas cidades que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) oriundo das cidades pertencentes aos municípios de: Abadiânia/GO, Água Fria de Goiás/GO, Águas Lindas de Goiás/GO, Alexânia/GO, Cabeceiras/GO, Cidade Ocidental/GO, Cocalzinho de Goiás/GO, Corumbá de Goiás/GO, Cristalina/GO, Formosa/GO, Luziânia/GO, Mimoso de Goiás/GO, Novo Gama/GO, Padre Bernardo/GO, Pirenópolis/GO, Planaltina/GO, Santo Antônio do Descoberto/GO, Valparaíso de Goiás/GO, Vila Boa/GO, Buritis/MG, Cabeceira Grande/MG e Unai/MG. A destinação das vagas para essa modalidade se deve à impossibilidade de acesso integral ao passe livre estudantil do DFTRANS.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, Maria Elisa Grijó Guahyba de; PINHO, Luís Ventura de. **Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional.** Psicologia Clínica, v. 20, n. 2, p. 173-184, 2008.

ANDRADE, A. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação.** 6ª edição. São Paulo: Atlas Editora, 2004.

ASTIN, Alexander W. **Student involvement: A developmental theory for higher education.** Journal of college student personnel, v. 25, n. 4, p. 297-308, 1984. Disponível em: https://www.asec.purdue.edu/lct/hbcu/documents/Student_Involvement_A_Developmental_Theory_for_HE_Astin.pdf. Acesso em 08 de fevereiro de 2018.

BUENO, José Lino Oliveira. **A evasão de alunos.** Paidéia (Ribeirão Preto), n. 5, p. 9-16, 1993.

BRASIL. **Decreto nº. 6096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Brasília, DF, abr 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 19 de janeiro de 2018.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 de janeiro de 2018.

_____. **Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, Brasília, DF, jan 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em 19 de janeiro de 2018.

_____. **Lei 10.260 de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, Brasília, DF, jul 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em 19 de janeiro de 2018.

_____. **Lei nº 11.653 de 07 de abril de 2008.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011., Brasília, DF, abr 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11653.htm>. Acesso em 19 de janeiro de 2018.

CAVAZINI, Júlia. **Formas de evasão nos cursos de Administração e Ciências Contábeis no período pré e pós-adoção do SiSU: o que predomina?** 2017.

COLOSSI, Nelson; CONSENTINO, Aldo; DE QUEIROZ, Ety Guerra. **Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo.** Revista da FAE, v. 4, n. 1, 2001.

Comissão Especial de Estudo de Evasão (1996). **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em IES públicas.** Avaliação, v1, n2. Campinas.

DA CRUZ, Andreia Gomes; HOURI, Monica Souza. **Centralidade de ações de permanência para combater a evasão na educação superior.** Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 11, n. 19, p. 173-187, 2017.

DA SILVA, Glauco Peres. **Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 18, n. 2, 2013.

DE FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. **Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história.** Revista UFG, v. 7, n. 2, 2005.

DÍAZ PERALTA, Christian. **Modelo conceptual para la deserción estudiantil universitaria chilena.** Estudios pedagógicos (Valdivia), v. 34, n. 2, p. 65-86, 2008. Disponível em https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-07052008000200004&lng=es&nrm=iso. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil: público e privado.** São Paulo: USP/Nupes, 2003

FEITOSA, Gisele Ferreira. **O diálogo entre linguagens na perspectiva de uma educação integral.** 2010. 103 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/3245> Acesso em: 23 de abril de 2018

FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. **Manual de elaboração de tese, dissertação e monografia.** Fortaleza: Unifor, 2004.

FREDENHAGEM, Sheyla et al. **A voz da evasão.** Revista Eixo, v. 1, n. 2, p. 2-19, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, SISU e desafios.** 2016.

HIMMEL, Erika. **Modelo de análisis de la deserción estudiantil en la educación superior. Calidad en la Educación,** n. 17, p. 91-108, 2018. Disponível em: <https://www.calidadenlaeducacion.cl/index.php/rce/article/download/409/409>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

JACOBS, Jeff; ARCHIE, Tim. **Investigating sense of community in first-year college students.** Journal of Experiential Education, v. 30, n. 3, p. 282-285, 2008. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/105382590703000312>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

JÚNIOR, Paulo Ricardo Krüger et al. **Pesquisando causas e possíveis soluções para a problemática da evasão em um curso de administração numa universidade pública no sul do Brasil.** 2011.

LIMA, Edileusa Esteves; MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012.** Educ. Real. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 383-406, junho de 2016.

LISBOA, Marilu Diez. **Ser quando crescer... A formação da identidade ocupacional.** Levenfus, RS Psicodinâmica da escolha profissional, p. 109-122, 1997.

LOBO, M. B. C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções.** Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Cadernos, n. 25, 2012.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo; LOBO, M. B. C. M. **Esclarecimentos metodológicos sobre os cálculos de evasão**. Instituto Lobo, 2012.

MAGALHÃES, Ana Maria Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. **A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do programa reuni: tendências e lacunas**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 23, n. 2, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MENEGHEL, Stela Maria. **Considerações sobre o atual sistema de ensino superior no Brasil**. Revista Pesquisa e Debate em Educação, v. 7, n. 1, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. REUNI 2008 – Relatório do primeiro ano**. Brasília, DF, out 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acessos em 01 de março de 2018.

OLIVEN, Arabela Campos. **Histórico da educação superior no Brasil**. A educação superior no Brasil, p. 31-42, 2002.

PAULO, Thais Sarmanho et al. **Histórias de vida de professores e as marcas de um estilo: educar: uma tarefa possível**. 2006. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1868> Acesso em: 25 de abril de 2018

PEREIRA, Rosângela Saldanha; ZAVALA, Arturo Alejandro Zavala; SANTOS, Antonio César. **Evasão na universidade federal de Mato Grosso**. Revista de Estudos Sociais, v. 13, n. 26, p. 74-86, 2014. Disponível em <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/viewFile/471/1350>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

PUERTAS CAÑAVERAL, Inmaculada; OLIVEIRA SÁ, Thiago Antônio de. **REUNI: Expansão, segmentação e a determinação institucional do abandono. Estudo de caso na Unifal-MG**. 2017.

PYLE, Nicole; WEXLER, Jade. **Preventing students with disabilities from dropping out. Intervention in school and clinic**, v. 47, n. 5, p. 283-289, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254108000_Preventing_Students_With_Disabilities_From_Dropping_Out?enrichId=rgreq-cebb7767cd7c935ccb131c07e97d66fb-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI1NDEwODAwMDtBUzozNzU0ODg0NzMyNTU5MzZAMTQ2NjUzNDgzNjYxNw%3D%3D&el=1_x_3&_esc=publicationCoverPdf. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

RAMOS, Maria da Graça Gomes. **Programa REUNI: uma abordagem sobre Permanência e Evasão na UFPel**. Eventos Pedagógicos, v. 5, n. 3, p. 83-101, 2014.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

Rosa Pia Fontana and Amelia Manuti. **Reformulating the Student Retention Model in the Italian Academic Context: The Role of Communities Learning**. American Journal of Educational Research.

2016; 4(19):1289-1294. doi: 10.12691/education-4-19-2. Disponível em: <http://www.sciepub.com/EDUCATION/abstract/6858>. Acesso em 09 de fevereiro de 2018.

SAMPAIO, Breno et al. **Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências da UFPE**. Economia Aplicada, v. 15, n. 2, p. 287-309, 2011.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Como a mudança na metodologia do INEP altera o cálculo da evasão**. Mogi das Cruzes: Instituto Lobo, 2012.

Silva, Izaqueline & Miranda, Gilberto & Araujo Leal, Edvalda & Pereira, Janser. (2017). **Estratégias das Coordenações dos Cursos de Ciências Contábeis para Combater a Evasão**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318762258_Estrategias_das_Coordenacoes_dos_Cursos_d_e_Ciencias_Contabeis_para_Combater_a_Evasao. Acesso em 12 de março de 2018.

SILVA, Luciana Guedes da. **Evasão no ensino superior brasileiro: riscos e arranjos institucionais**. 2017. 68 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/25247>. Acesso em 28 de março de 2018.

TINTO, Vincent. **Classrooms as communities: Exploring the educational character of student persistence**. The Journal of higher education, v. 68, n. 6, p. 599-623, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2959965.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de Gestão 2008**. 2009. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF.

_____. **Relatório de Gestão 2009**. 2010. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF.

_____. **Relatório de Gestão 2010**. 2011. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF.

_____. **Relatório de Gestão 2011**. 2012. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF.

_____. **Relatório de Gestão 2012**. 2013. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF.

_____. **Anuário Estatístico 2001**. 2002. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=182:anuario-01&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742>. Acessos em 26 de fevereiro de 2018.

_____. **Anuário Estatístico 2002**. 2003. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=183:anuario-02&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742>. Acessos em 26 de fevereiro de 2018.

_____. **Anuário Estatístico 2005**. 2005. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=172:anuario-05&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742>. Acessos em 26 de fevereiro de 2018.

_____. **Anuário Estatístico 2006**. 2006. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em

<http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=173:anuario-06&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742>. Acessos em 26 de fevereiro de 2018.

_____. **Anuário Estatístico 2007**. 2008. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=174:anuario-07&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742>. Acessos em 26 de fevereiro de 2018.

_____. **Anuário Estatístico 2008**. 2010. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=180:anuario-estatistico-2008&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742>. Acessos em 26 de fevereiro de 2018.

_____. **Anuário Estatístico 2011**. 2011. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=175:anuario-2011&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742>. Acessos em 26 de fevereiro de 2018.

_____. **Anuário Estatístico 2013**. 2013. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=176:anuario-2013&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742>. Acessos em 26 de fevereiro de 2018.

_____. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2010**. 2011. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=380:relatorio-autoavaliacao-2010&id=91:autoavaliacao-institucional&Itemid=686>. Acessos em 26 de fevereiro de 2018.

_____. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2011**. 2012. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=381:relatorio-autoavaliacao-2011&id=91:autoavaliacao-institucional&Itemid=686>. Acessos em 26 de fevereiro de 2018.

_____. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2012**. 2013. Fundação Universidade de Brasília. Brasília/DF. Disponível em <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=382:relatorio-autoavaliacao-2012&id=91:autoavaliacao-institucional&Itemid=686>. Acessos em 26 de fevereiro de 2018.

_____. **História da Universidade de Brasília**. Brasília/DF, fev 2018. Disponível em: <<http://www.unb.br/a-unb/historia?menu=423>>. Acessos em 20 de fevereiro de 2018.

_____. **Formas de Ingresso**. Brasília/DF, fev 2018. Disponível em: <<http://www.unb.br/graduacao2/formas-de-ingresso?menu=434>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Ensino em Re-vista, 2010.

VIEIRA, Valter Afonso. **As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing**. Revista da FAE, v. 5, n. 1, 2002.